



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CÂMPUS UNIVESITÁRIO DE PALMAS - CUP
CURSO DE LICENCIARUTA EM TEATRO

GABRIEL DIAS DE SOUZA

GRUPOS CÊNICOS DO TOCANTINS
Análise da política pública para a cena no período de 2013 a 2019

PALMAS
2021

GABRIEL DIAS DE SOUZA

GRUPOS CÊNICOS DO TOCANTINS
Análise da política pública para a cena no período de 2013 a 2019

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
UFT – Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Palmas, Curso de
Licenciatura em Teatro para obtenção do título
de Licenciado em Teatro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thaíse Luciane Nardim

PALMAS
2021

<https://sistemas.uft.edu.br/ficha/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S729g Souza, Gabriel Dias de.
Grupos cênicos do Tocantins : análise da Política Pública para a cena no período de 2013 a 2019 . / Gabriel Dias de Souza. – Palmas, TO, 2021.
58 f.
Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Artes, 2021.
Orientadora : Thaise Luciane Nardim
1. Coletivos Cênicos. 2. Gestão. 3. Política Pública Cultural. 4. Cultura. I.
Título

CDD 790

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GABRIEL DIAS DE SOUZA

**GRUPOS CÊNICOS DO TOCANTINS:
ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA PARA A CENA NO PERÍODO DE 2013 A 2019.**

Artigo apresentada/o à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas, Curso de Teatro, foi avaliado para a obtenção do título de Licenciado em Teatro e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 29/01/2021

Banca Examinadora:



Professora Doutora Thaíse Luciane Nardim - Orientadora/UFT.



Prof. Sandro Ramos de Lima - Examinador/IFGO



Prof. Tales – Examinador

*Chegar para agradecer e louvar
O ventre que me gerou,
O orixá que me tomou,
A mão da doçura que consagrou.
Louvar a água de minha terra
O chão que me sustenta, o palco, o massapê
A beira do abismo
O punhal do susto de cada dia.
Agradecer as nuvens que logo são chuva,
Sereniza os sentidos
E ensina a vida a reviver.
Agradecer os amigos que fiz
E que mantém a coragem de gostar de mim,
Apesar de mim...
Agradecer a alegria das crianças,
As borboletas dos meus quintais reais,
Ou não.
A cada folha,
A toda raiz,
As pedras majestosas
E também aquelas pequeninas como eu, em Aruanda.
Agradecer o sol que raia o dia e a lua que como o menino Deus
Espraia luz
E vira os meus sonhos de pernas pro ar.
Agradecer as marés altas e também aquelas que levam
Para outros costados todos os males.
Agradecer a tudo que canta livre no ar
Dentro do mato, sobre o mar,
As vozes que soam de cordas tênues e partem cristais.
Agradecer aos senhores que acolhem e aplaudem esse milagre.
Agradecer,
Ter o que agradecer.
Louvar e abraçar!*

Maria Bethânia,
Abraçar e Agradecer

AGRADECIMENTOS

Citarei aqui todos aqueles que foram, são e continuarão a ser referência em minha vida, fugir dessa obviedade, muito provavelmente piegas, seria uma bela bobagem.

Agradeço, primeiramente, à mulher de temperamento forte, vozeirão e cabeleira que se faz presente em qualquer roda de samba, Jussara Dias, que tenho orgulho de chamar de mãe. Ao mais inteligentes dos homens, exímio contador de histórias, leitor ávido, vascaíno convicto, meu diretor, professor e melhor amigo, que chamo também de pai, Marcelo Souza: obrigado.

À companheira que trouxe do Rio, carinhosa, alegre, escaladora de árvores e irmã, Lorena Dias, obrigado. Inteligente, sensível, político, equivocadamente torcedor do outro time, Vinicius Prado, obrigado, te quero mais irmão. A rapa do tacho de mãe e meu xodó, tanto que aperta o coração pensar nele, amor incondicional e inexplicável, Tomas Dias, obrigado.

Para estes protagonistas da minha história, a quantidade que for necessária de agradecimento será sempre pouca.

Quando saímos de perto da nossa família, seja por pouco ou muito tempo, vamos formando outras famílias conforme vamos experienciando a vida. Digo famílias porque é muito difícil que uma pessoa entre na sua vida sem trazer outra. São irmãos, pais, outros amigos. Chego aos 32 anos de idade tendo formado um conjunto de pessoas que considero familiares. Chego aqui por ter convivido com eles.

Da cidade natal, Rio de Janeiro, a família Dias e a família Souza. De Goiânia, as famílias: Lotufo, Paula Silva, Reis, Mazza, Moura, Melo, Ribeiro, Gama, Sena. De Palmas, as famílias: Fittipaldi, Doliath, Barreto, Lopes, Pereira, Galan, Vieira, Jardim, Monteiro, Guedes, Souto, Jardim, Santos. De Brasília a família Pessanha.

Nos momentos difíceis, que não achava solução, sempre algum destes esteve ao meu lado. Uma sorte danada ter tanta gente boa ao redor: um privilégio. À todas e todos, obrigado!

Obrigado às professoras, professores e técnicas administrativas do curso de Teatro, um coletivo de mulheres e homens admiráveis com os qual aprendi muito, me inspirei e espero ter perto nos anos muitos por vir.

Obrigado à Universidade Federal do Tocantins: viva a educação pública!

Viva a cultura popular brasileira! Viva ao teatro!

Viva à cultura tocantinense!

RESUMO

Este trabalho é o resultado de pesquisa sobre a relação entre os grupos cênicos e a política pública cultural das esferas estadual e municipais durante o período de 2013-2019. Este recorte foi escolhido por ser o período do lançamento do último edital de apoio à cultura do Governo do Estado do Tocantins. Os dados da pesquisa foram colhidos com os grupos cênicos, assim como os orçamentos estipulados pelas leis orçamentárias anuais do Estado e dos municípios sedes e analisados. Os grupos foram selecionados por realizarem trabalhos autorais de pesquisa cênica, buscando estéticas e expressões próprias, são eles a Barraca – Cia Experimental de Artes, o Lamira Artes Cênicas, a Cia de Teatro UMPONTODOIS, a Agulhas Cenas, a Cia Cenaberta de Teatro, o Grupo Motirõ de Teatro, o Grupo Ciganu's de Teatro e Dança e o Grupo Artpalco. As cidades sede são Palmas, Gurupi e Araguaína, as três maiores do Tocantins. Apesar de possuímos legislações que possibilitam o desenvolvimento da cultura tocantinense o que se constata é uma institucionalidade fraca, vontade política praticamente nula de trabalhar o tema, resultando em descaso com as artes cênicas e com a cultura estadual de uma forma geral.

Palavras-chave: Coletivos Cênicos. Gestão. Política Pública Cultural. Cultura.

ABSTRACT

This work is the result of a research about the relation between the scenic groups and the public politics of culture in the state and counties spheres during the years 2013 to 2019. This profile was chosen because of the launch of the last public notice to support culture from the government of Tocantins State. The survey data were collected from the scenic groups, as well as the budgets stipulated by the annual budget laws of the State and the host cities and analyzed. The groups were selected for carrying out authorial works of scenic research, looking for this own aesthetics and expressions. Are They The Barraca – Cia Experimental de Artes, The Lamira Artes Cênicas, The Cia de Teatro UMPONTODOIS, The Agulhas Cenas, The Cia Cenaberta de Teatro, The Grupo Motirõ de Teatro, The Grupo Ciganu's de Teatro e Dança and The Grupo Artpalco. The host cities are Palmas, Gurupi and Araguaína, the three largest in Tocantins. Although we have laws that enable the development of Tocantins culture, what we see is a weak institutionalization, with virtually no political will to work on the theme, resulting in disregard for the performin arts and state culture in general.

Keywords: Scenic Collectives. Management. Cultural Public Policy. Culture.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição dos grupos de Teatro de Palmas, Araguaína e Gurupi	28
Quadro 2 - Espetáculos e anos de execução	30
Quadro 3 - Espetáculo e ano(s) de apresentação	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Valores discriminados nas LOAs do Estado do Tocantins	22
Gráfico 2 - Valores discriminados nas LOAs do Município de Palmas.....	24
Gráfico 3 - Grupos Cênicos do Tocantins	29
Gráfico 4 - Montagens de 2013 à 2019	30
Gráfico 5 - Sessões no Ano de Estréia	31
Gráfico 6 - Ferramentas Utilizadas.....	32
Gráfico 7- Espetáculos Circulação/Ano	34
Gráfico 8 - Circulações nos Estados.....	34
Gráfico 9 - Espetáculos Circulação Tocantins	36
Gráfico 10 - Espetáculo Circulação 2013 a 2019	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
3 DADOS DAS GESTÕES CULTURAIS	19
3.1 GESTÃO CULTURAL GOVERNO DO TOCANTINS	20
3.2 DADOS DO MUNICÍPIO DE PALMAS	22
3.3 DADOS ARAGUAÍNA E GURUPI.....	25
3.4 DADOS DOS GRUPOS.....	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	52

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem origem do encontro da minha trajetória acadêmica com as experiências artísticas pessoais familiares e profissionais vivenciadas ao longo da minha vida. Com mãe atriz, Jussara Dias, e com pai diretor teatral, Marcelo Souza, ficávamos rotineiramente em salas de teatro e de ensaio (intermináveis e que cresciam em tensão com a aproximação das estreias). Assistia espetáculos de grupos que eles integravam, ou de amigas e amigos, de grupos de outras cidades e até de outros países.

Alguns destes grupos são parte fundamental da minha formação artística, seja pelo convívio muito próximo ou pela importância de seus espetáculos no meu imaginário (in)consciente, são eles o Grupo Maracatu Atômico – DF, Grupo Teatro Livre de Palmas – TO, Cia. De Teatro Nu Escuro - GO, Quasar Cia de Dança - GO, Grupo Galpão – MG, Grupo Chama Viva – TO, Grupo Mamulengo Presepada – DF, Grupo Parlapatões – SP. Tão importante quanto eles foram os espaços que eles e nós ocupamos durante esses anos, como o Teatro Nacional de Brasília, Oficina Cultural Geppetto – GO, Teatro dos Bancários – DF, Teatro Goiânia, Theatro Fernanda Montenegro/ Espaço Cultural – TO, Centro Cultural Martim Cererê – GO, além de feiras livres, praças e ruas que receberam espetáculos de rua e shows, como Taquaruçu – TO e a Praça dos Girassóis - TO.

A vida profissional começa em 2007, na cidade de Palmas – TO, com o projeto “Noites Tocantinenses”, um espetáculo que envolvia diversas expressões artísticas tocantinenses, dirigida por Marcelo Souza. Ao longo dos anos me tornei produtor cultural, função que mais me identifiquei ao experimentar diversas outras, os processos de planejamento, pesquisa, criação e desenvolvimento de projetos e toda a complexidade envolvida me fisionou. Realizei trabalhos nas áreas de teatro, música, cinema, rádio e festivais. Como ator, percussionista, iluminador e produtor participei dos espetáculos: “Gota D’Água” (Turma de Teatro - FCP), “Meu Cerrado, Cerradinho” (Grupo Teatro Livre de Palmas), “Soul 4”, “Seu Quirino e As Cartas Para Teresa” (A Barraca), os musicais “É Só Uma Poeira no Olho” (CIM – Centro de Imagem e Som) e “Desafinados” (Grupo Tukan).

A trajetória acadêmica inicia-se em 2016, enquanto trabalhava como produtor cultural e analista de emendas parlamentares na Secretaria do Estado da Cultura, que foi extinta¹ e virou Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura – SEDEM. O período em que trabalhei na gestão estadual foi de aprendizado diário, pois a dinâmica é

¹ A Secretaria do Estado da Cultura – SECULT foi criada pelo Governo do Estado do Tocantins em maio de 2015 e extinta em novembro de 2016.

completamente diferente do que experienciamos ao trabalhar com produção cultural nas ruas. Comparar essas realidades, lembrar da quantidade de artistas que são amigas e amigos, colegas, incluindo papai, eu, que passamos pelas gestões estaduais e municipais e depois de ler “Financiamento e Fomento à cultura nas Regiões Brasileiras” organizado por Antonio Albino Rubim e Fernanda Pimenta Vasconcelos que apresenta análise sobre a situação da cultura tocantinense nos anos de 2014 e 2015 foi um choque.

Ao acompanhar as publicações da EDUFBA com a Coleção Cult tive contato com o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT, projeto realizado pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Cult), Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) e Faculdade de Comunicação (Facom), que em Salvador, no ano 2019 teve sua XV edição, aonde apresentamos o artigo “Mapeamento do Financiamento à Produção Cênica no Estado do Tocantins entre 2013 a 2018”, escrito por mim e pela Professora Dra. Thaíse Luciane Nardim.

Nossa escolha metodológica para o artigo foi de realizar pesquisa com os grupos que foram premiados em editais estaduais e municipais em um período de cinco anos, o que limitou a participação dos grupos sediados na capital do estado, já que outros municípios não lançaram editais de apoio à cultura no período analisado.

Completando o mapeamento, foi realizada uma pesquisa dos valores dedicados à cultura tanto no Estado do Tocantins quanto na capital durante o período selecionado. Estes valores foram identificados nas publicações das Leis Orçamentárias Anuais – LOAs² dos anos 2013 a 2018.

Agora para este trabalho, o escopo de análise e de pesquisa foi ampliado para abarcar os grupos do interior do estado. O ano de 2019 foi acrescentado, assim como outras ferramentas de financiamento e fomento à cultura que premiaram estes coletivos artísticos em um período, agora, de sete anos.

Coletar dados oriundos da política pública de cultura e dos grupos cênicos possibilita uma análise mais aprofundada do que está sendo produzido na região, além de averiguar respostas para questionamentos que direcionam este trabalho: como os grupos sobrevivem? Quais são as suas atividades? O que as gestões estão fazendo?

Para chegar a esses dados aplicamos um questionário via formulário online para todos os grupos cênicos do Tocantins. Consideramos parte integrante desta pesquisa os coletivos que

² Lei Orçamentária Anual – LOA segundo a Secretaria de Fazenda e planejamento do Estado do Tocantins é um “instrumento leal de planejamento, conforme previsão nas Constituições.

realizam pesquisa, desenvolvem estéticas próprias em teatro e dança. Compilamos os dados de cada grupo cênico, subdividindo-os em duas principais atividades: a montagem de novos espetáculos e a circulação destes ou de espetáculos em repertório. Sabe-se que os grupos realizam diversas outras atividades, como oficinas e aulas de teatro, mas é na circulação e montagem que os editais ofertam financiamento.

Referenciamos o teatro de grupo como “agrupamentos de artistas, técnicos e pesquisadores que processam um modelo alternativo de produção teatral, pautado em trabalhos continuados, com gestão e sustentável, pesquisa de linguagem” (MOURA; CAMINHA; 2012). Como os grupos de dança também desenvolvem expressões próprias e experimentações cênicas, os reunimos aos grupos de teatro nesta pesquisa e optamos por utilizar o termo “Grupos Cênicos”. É nesta perspectiva de enfrentamento que surgem os grupos cênicos tocantinenses: na falta de locais para apresentação, criação, ensaios e até de convivência. São várias das características que moldam o que se considera ser o “teatro de grupo” como destaca Matos (2014):

Cabe ressaltar que os grupos teatrais atuantes no Brasil mostraram e ainda mostram aspectos significativos do teatro em sua busca de renascimento, de reinvenção de rebeldia contra o *status quo* da vida teatral, provocando choques. Com suas ideias e práticas, os grupos marcam a vida artística e cultural dos lugares onde residem. Esse sinal espalha-se para além dos contextos numa permanente troca entre os grupos, transferência que se dá pelos espetáculos apresentados, oficinas e residências. E também pelo material publicado sobre os mais importantes grupos teatrais entre nós. (MATOS, 2014, p. 7).

Fazem parte desta pesquisa grupos cênicos em atividade, são eles a Barraca – Cia Experimental de Artes, o Lamira Artes Cênicas, a Cia de Teatro UMPONTODOIS, a Agulhas Cenas, a Cia Cenaberta de Teatro – todas de Palmas, de Gurupi o Grupo Motirõ de Teatro e de Araguaína O Grupo Ciganu’s de Teatro e Dança e o Grupo Artpalco.

Este é um coletivo de grupos que é diverso em suas expressões cênicas. Nos anos abarcados pela pesquisa, eles realizaram montagens e circulações de obras com temáticas e estéticas muito diversas.

Para pesquisar os dados das gestões Estadual e Municipais, adotamos o seguinte entendimento que do termo gestão cultural:

Ao falarmos desta terminologia, não se pode compreendê-la apenas como um tipo de gestão (por exemplo, a gestão financeira dos recursos na cultura). Gestão cultural é planejar, construir, executar, controlar e avaliar a área da cultura por meio da gestão estratégica, gestão de pessoas e recursos humanos, gestão financeira, gestão artística e criativa etc. Ressaltamos, ainda, que gestão cultural não significa propriamente a gestão em um contexto apenas da administração pública. Ou seja, pode ocorrer a

gestão cultural na iniciativa privada, no terceiro setor, em grupos, projetos e equipamentos culturais coordenados pela sociedade civil. (SANTOS; MELO, 2018, p. 62)

Os dados apresentados pelos grupos não foram utilizados para comparar o trabalho desenvolvido entre eles. Também não analisamos questões de ordem estética ou produzimos crítica aos espetáculos, sempre utilizando a ideia de entender o desenvolvimento coletivo dos grupos cênicos estaduais e não de analisar artisticamente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Estado do Tocantins no final da década de 80, durante o processo de redemocratização brasileiro. Este chão não estava desabitado, já havia, além da beleza natural, uma rica e pujante cultura vinda dos povos originários, comunidades quilombolas e de populações de diversas cidades como Porto Nacional, a capital cultural do estado.

O Estado Tocantins criado em 1988, resultado da luta da população do ora norte goiano, apesar de jovem, conta com uma cultura popular extremamente rica, com manifestações seculares, como as Cavalhadas, as Congadas, a Festa da Nossa Senhora da Natividade, Festa do Divino Espírito Santo, a Sússia e Jiquitaia, entre outras, além dos municípios e monumentos que fazem parte do patrimônio cultural do estado (NASCIMENTO, 2016, p. 22).

Desde sua criação oficial,³ o estado teve diversos grupos cênicos que surgiram e deixaram de existir. Dentre eles, destacam-se o Grupo Chama Viva, que tem data de fundação anterior à criação do estado, 1984, foi criado por Cícero Belém, Marcélia Belém, Cleuda Milhomem, entre outros em Porto Nacional, a Cia Contágius de Dança, o primeiro grupo de dança criada por Meire Maria junto com a criação da capital e o Grupo Teatro Livre de Palmas dirigido por Marcelo Souza e criado a partir de oficinas de teatro realizada com jovens.

As dificuldades enfrentadas por esses grupos e pelos vários outros que os sucederam e sucedem, encurtaram suas trajetórias. Como veremos a seguir, a realidade ainda hoje, apesar de diferente, não é favorável. O ator, gestor cultural e professor de teatro Cícero Belém registrou em 2007, em revista do mineiro Grupo Galpão, o que acontecia no estado:

Com o Tocantins implantado, novos grupos surgiram, outros desapareceram e poucos resistiram, embora o surgimento de uma unidade federativa tenha trazido visibilidade às ações teatrais. Hoje poucos sobrevivem corajosamente a uma realidade caótica, sem incentivos e sem qualquer política pública de fomento e difusão por parte do poder público estadual (BELÉM, 2007).

Parte fundamental para a manutenção dos grupos são os equipamentos culturais em que eles apresentam suas obras. Das cidades tocantinenses, poucas possuem equipamentos, sendo as maiores cidades as que estão em melhor situação. Segundo Teixeira Coelho (1997 *apud* NETO, 2019, p. 58), a definição de equipamento cultural:

Sob o aspecto da macrodinâmica cultural, por equipamento cultural entende-se tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não,

³ Quando da redação deste trabalho em janeiro de 2021 o Estado do Tocantins contava com 32 anos existência.

fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.).

O Espaço Cultural José Gomes Sobrinho, o maior equipamento cultural do estado, foi inaugurado em Palmas em 1996. No lançamento da Pedra Fundamental do Espaço Cultural, em 1994, houve um ato simbólico descrito por Aquino como o plantio da Semente Cultural “Em uma ‘redoma de vidro’ – transparente e singela, foi colocada em uma pirâmide que em seu interior continha uma oração que depositava a esperança de todos em ver a obra edificada” (AQUINO, 2008, p. 1). O Espaço Cultural é um complexo que abriga o Theatro Fernanda Montenegro, o maior do estado, a Sala de Cinema Sinhozinho, a Biblioteca Jornalista Jaime Câmara, Galeria Municipal de Artes, salas de aula para cursos livres de arte e a Fundação Cultural de Palmas, órgão gestor cultural do município. Na cidade há ainda o Teatro SESC, localizado no Centro de Atividades do SESC – TO; o pequeno Teatro de Bolso do Memorial Coluna Prestes, localizado no centro da cidade, na Praça dos Girassóis; o teatro do Colégio São Francisco de Assis, localizado no centro da cidade; um pequeno teatro de arena na Praça Maracaípe, conhecido como Redondo, no distrito de Taquaruçú; uma pequena sala de espetáculos no equipamento “Praça da Cidadania-Cultura”, no setor Morada do Sol, e alguns auditórios espalhados por espaços privados ou geridos pelos órgãos públicos. Destes, somente o Theatro Fernanda Montenegro e o Teatro Sesc dispõem de estrutura e equipamentos comparáveis àqueles usualmente compreendidos como necessários a produções profissionais, de médio ou grande porte. Em Araguaína, cidade localizada ao norte do estado, há o Espaço Cultural Agnaldo Borges Pinto, que possui um anfiteatro, uma galeria de artes que é dividida em duas salas e dois palcos externos, sendo um deles uma concha acústica. Todo esse espaço, segundo Orione (2018), é um espaço pouco utilizado para sua função principal, tendo em vista que foi construído para ser um teatro a céu aberto e em suas salas aulas de música e teatro são oferecidas para a comunidade. Na cidade há outros equipamentos, mas nenhum com estrutura de um teatro.⁴

No sul do estado, a cidade de Gurupi possui o Centro Cultural Mauro Cunha, que foi reformado recentemente e conta com um auditório, camarim, sala de música, galeria de artes, museu e um palco coberto na área externa do prédio. A cidade também possui o Cine Sesc, que tem capacidade de receber apresentações. Estes equipamentos não possuem estrutura de salas de teatro, como a construção de caixa cênica, estrutura para iluminação e equipamentos de som,

⁴ Tendo em vista que as redes de divulgação dos órgãos responsáveis pela cultura nos municípios não apresentam informações suficientes sobre os equipamentos disponíveis, este trecho foi redigido a partir de nossa experiência com os espaços citados, cotejada com aquela de outros artistas locais.

acústica, palco de madeira, itens que necessitam de investimento maior para ser construído que aquele necessário à construção de um auditório.

A importância de equipamentos culturais vai além de ser simplesmente um espaço de apresentações, conforme Pimentel e Davel defendem:

O equipamento cultural é um ponto entre artistas, técnicos do espetáculo e gestores; entre artistas e artistas; entre artistas e pensadores; entre artistas e público; entre público e obra e, finalmente, entre todos estes e a cidade em si. Este inter cruzamento de diferentes fluxos e atores sociais, ressalta a importância e a transversalidade da ação deste tipo de organização. Ao abrigarem e promoverem ações culturais das mais variadas, os equipamentos culturais exercem um importante papel artístico-cultural (PIMENTEL; DAVEL, 2018, p. 113-114).

De fato, os equipamentos podem oferecer espaços de convivência que promovem o encontro entre artistas, entre eles e seu público e entre pessoas em momentos de lazer, como a grande praça do Espaço Cultural de Palmas, que disponibiliza o seu piso para praticantes de skate e patins que ocupam o espaço durante o dia. Lá, famílias se reúnem e passam seu tempo de lazer de forma coletiva. As apresentações e cursos oferecidos espaços proporcionam à população acesso ao que é produzido artisticamente local e nacionalmente, dando sentido de pertencimento, experiência e conhecimento estético que é essencial para a sociedade. Economicamente, os equipamentos também se tornam essenciais, pois além de atender as sessões dos grupos e artistas locais, é ponto de intercâmbio e, portanto, um local de circulação em que o público consome produtos disponibilizados no local e na cidade, criando fluxo turístico.

Assim como no restante do país, a cultura tocantinense necessita de ferramentas de fomento e financiamento para suas atividades. Elas podem se originar tanto da iniciativa privada quanto da pública. É incomum, por parte das empresas, o patrocínio direto. O apoio acontece, de modo geral, em forma de serviços ou com um baixo valor de investimento, duas possibilidades que são essenciais para as produções. Porém, a principal forma de participação privada acontece com as leis de renúncia fiscal. Não existem leis desse nível no estado, então a ferramenta a que os grupos recorrem é a Lei de Incentivo à Cultura. em que a principal dificuldade dos grupos não é aprovar projeto no Governo Federal e sim captar o recurso com as empresas sediadas no estado, portanto é imprescindível uma política pública forte pois Rocha e Fernandes (2017) definem:

O setor privado tem como propósito atender aos objetivos de mercado e, em última instância, necessita de uma justificativa comercial para investir em um determinado projeto e apresentá-lo em uma região específica. Já ao estado cabe assegurar a

diversidade estética, o acesso público às artes e a preservação da identidade nacional. (ROCHA; FERNANDES, 2017, p. 19).

Este entendimento das esferas abre interpretações divergentes dentro da própria classe artística, principalmente quanto à questão de como o estado deve gerenciar o fomento à cultura e quais projetos devem ou não receber recursos públicos. Artistas e produtores, considerados parte da chamada indústria cultural, devem ser privilegiados, pois possibilitam retorno midiático ou os “pequenos” artistas devem ser priorizados? Qual o tipo de cultura que o estado deve fomentar, ou não?

Alguns fatores são determinantes para a dificuldade de captação de recursos via Lei de Incentivo à Cultura no estado pois, dependendo das diretrizes das empresas em relação a patrocínio (algumas ainda possuem dificuldade em entender o funcionamento das leis de incentivo fiscal), a diversidade de temas propostos pelos projetos dos grupos cênicos, quantidade de público que será atendido e a resposta que a empresa espera de retorno midiático são questões que os grupos cênicos muitas vezes não conseguem contornar.

Cabe então aos governos realizar suas políticas públicas culturais através de ferramentas de financiamento e fomento que já estão estabelecidas em lei, dos sistemas e planos de cultura para que as diversas expressões artísticas continuem a expandir suas fronteiras estéticas e que a população tenha acesso a essa produção. Para evitar o atendimento direto, a chamada “política de balcão”, a principal ferramenta de fomento e financiamento utilizada pelas esferas públicas e privadas são os editais, que normatizam as regras de participação, de fomento e estabelece formatos de apresentação, prestação de contas, entre outras questões.

Existem diversos formatos de editais, segundo José Oliveira (2018) podemos classificar em dois grandes grupos, os de demanda espontânea e os de demanda induzida. Como os próprios termos já apontam, o primeiro tem uma forma mais abrangente de critérios, de áreas atendidas e podem ter inscrições abertas sem data limite final, já nos de demanda induzida o edital estabelece as propostas que serão atendidas, podendo incluir um controle sobre as formas que serão aceitas de expressões, regiões atendidas, metodologias de trabalho e conceituações. Sobre a elaboração dos editais Oliveira aponta que é

fundamental ser o mais claro possível e procurar alinhar ao máximo às políticas macro pensadas para a instituição. Uma crítica muito comum a editais públicos é a imprecisão dos diversos pontos contidos nos editais ou a complexidade presente nos textos, o que pode ser excludente (OLIVEIRA, 2018, p. 01).

3 DADOS DAS GESTÕES CULTURAIS

Para analisar os dados na função cultura do Governo do Estado e dos municípios sede dos grupos, recorreremos à metodologia já utilizada no artigo “Mapeamento do Financiamento à Produção Cênica no Estado do Tocantins entre 2013 a 2018”:

Ao invés de apresentar os dados das esferas locais por meio dos valores empenhados na função cultura, como fazem Antonio Albino Canelas Rubim e Fernanda Pimenta Vasconcelos em *Financiamento e Fomento à Cultura nas Regiões Brasileiras*, adotamos as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) como base de análise, já que são elas que delimitam os gastos anuais e projetam o que se destina aos fundos e secretarias. As flutuações desses valores ocorrem de acordo com as reais arrecadações e com a demanda de outras áreas que acabam (sempre) se sobrepondo à cultura, o que não diferencia muito do empenho, já que o mesmo muitas vezes acaba não sendo executado, dado que depende da chamada “vontade política” e de real disponibilidade de financeiro. (SOUZA; NARDIM, 2019, p. 3).

Esta foi uma escolha feita por não ser um foco da pesquisa em adentrar nas questões financeiras das gestões, ao trabalhar com dados de teto orçamentário, as LOAs, percebemos o planejamento e a vontade política para a área da cultura naquele ano, o que vai modificando conforme as ações são ou não realizadas. Já os valores empenhados dão uma falsa impressão de que o valor foi realmente gasto na função cultura como Nascimento (2016) observa ao estudar o Fundo Cultural do Tocantins.

O orçamento estipulado inicialmente (...) pode sofrer alterações, aumentando ou reduzindo, e é a partir desse valor alterado que se extrai o repasse a ser empenhado, que é o valor de crédito orçamentário que de fato visa a atender os compromissos assumidos pela gestão. Não necessariamente o valor empenhado será o valor pago, uma vez que o valor empenhado é uma promessa diante dos compromissos firmados pelo governo (NASCIMENTO, 2016, p. 76).

As principais formas em que as políticas se realizam para a classe artística são através das ferramentas de financiamento e fomento. Rocha e Fernandes (2017) definem fomento como um programa organizado, dotado normas e rotinas, que pode tomar diferentes formatos, sejam eles créditos, fundos, incentivo fiscal etc., enquanto o financiamento trata-se todo recurso, independente se a fonte é pública ou privada, que é destinada à cultura, que pode abarcar políticas de fomento, modalidades de apoio não institucionalizadas ou mesmo recursos de manutenção de espaços e pagamento de pessoal.

Foram analisados os municípios em que os grupos cênicos estão sediados, pois a questão da pesquisa aborda a realidade em que esses grupos estão existindo em seus contextos, portanto, como fazem parte do escopo as cidades de Palmas, Araguaína e Gurupi.

3.1 GESTÃO CULTURAL GOVERNO DO TOCANTINS

A gestão cultural no Tocantins, apesar da participação e cobrança da classe artística, é incipiente e instável, tem passado por uma sequência de reestruturações institucionais que podem configurar instabilidade e fragilidade, como veremos a seguir. Inspirada pela Constituição Federal de 1988, a Constituição Estadual de 1989 já cita a cultura como um direito de seus cidadãos no artigo 137.

O Poder Público garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura, através de: I - adoção de incentivos fiscais que estimulem as empresas privadas a investirem na produção cultural e artística do Estado; II - adoção de ação impeditiva de evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; III - estímulo às atividades de caráter cultural, incluídas as de cunho tradicional; IV - incentivo ao intercâmbio cultural com países estrangeiros, com outros Estados da Federação bem como ao intercâmbio cultural dos Municípios tocaninenses; V - promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura; VI - criação e manutenção de arquivos públicos regionais, integrantes do sistema de preservação da memória do Estado, franqueada a sua consulta a quantos deles necessitem. (TOCANTINS, 1989, p. 94).

Seguindo esse principal trecho da Constituição Estadual, podemos observar que algumas ações foram iniciadas, mas não estão completamente realizadas. Não foram criadas leis para o incentivo fiscal através de apoio a projetos culturais; não há programas específicos em ações de preservação dos bens de valores históricos, artísticos, ou culturais como pode ser constatado, por exemplo com o Museu Histórico do Tocantins – Palacinho, que tem condições precárias de preservação; não há programas contínuos de estímulo à atividades culturais, nem ao intercâmbio; e não há fornecimento de cursos, oficinas, workshops ou quaisquer atividades de ensino, capacitação ou aperfeiçoamento profissional que seja de iniciativa do estado. Os arquivos públicos não estão acessíveis à população de forma facilitada para pesquisas ou mesmo conhecimento.

Entretanto, desde a escrita da constituição houve avanços significativos. A lei nº 1.402, de 30 de setembro de 2003, criou o Programa de Incentivo à Cultura, “destinado a beneficiar projeto cultural e ações diretas de fomento à cultura e à arte”. Esta lei também criou o Fundo Cultural para financiar as ações do programa e instituiu que o Fundo receberia orçamento anual de 0,5% da receita tributária líquida do estado.

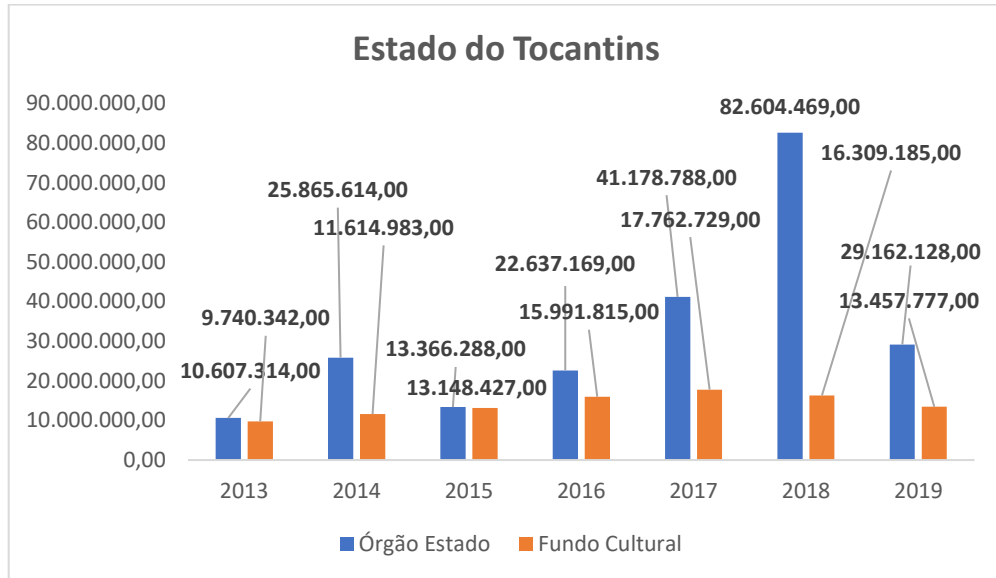
Impulsionado pela política realizada pelo Ministério da Cultura – MinC com a criação do Plano Nacional da Cultura através da Lei nº 12.343, de 2 de Dezembro de 2010, e instituição do Sistema Nacional de Cultura - SNC no Artigo 216-A da CF/88 através da Emenda Constitucional nº 71 realizada em 2012, o estado do Tocantins, após a 4º Conferência Estadual

de Cultura, realizada em outubro de 2015 no auditório Cuíca da Universidade Federal do Tocantins, criou o Plano Estadual de Cultura – PEC, com vigência de dez anos (2015/2025), que foi estabelecida como política pública estadual através da Lei nº 3.252, de 31 de julho de 2017, com a criação do Sistema de Cultura do Tocantins – SC/TO.

O SC/TO estabelece o papel do estado em relação à cultura, trata da dimensão simbólica, cidadã, econômica, define ações, metas, funcionamento da gestão, conceitua o direito cultural e coloca em prática como o Sistema funcionará.

Art. 30. O SC/TO tem como objetivo formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas com a sociedade civil e com os demais entes da federação, promovendo o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais, no âmbito do Estado do Tocantins. Art. 31. São objetivos específicos do SC/TO: I - estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural; II - assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre as diversas regiões e municípios do Estado do Tocantins; III - articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Estado do Tocantins; IV - promover o intercâmbio com os demais entes federados e instituições estaduais para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e a otimização dos recursos financeiros e humanos disponíveis; V - criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do SC/TO; VI - estabelecer parcerias entre os setores público e privado nas áreas de gestão e de promoção da cultura. (TOCANTINS, 2017, p. 4-5).

No período analisado, a cultura passou por diversos formatos dentro do organograma do Governo Estadual. Ainda na gestão de Siqueira Campos (2011-2014), em 2013 a Secretaria de Cultura foi extinta e anexada como Fundação Cultural dentro da Secretaria de Educação, que ainda tem esse nome (Secretaria de Educação e Cultura) em seu prédio na Praça dos Girassóis, mesmo não estando lá há quatro anos, já que em maio de 2015, durante a gestão Marcelo Miranda (2015-2018) foi criada novamente a Secretaria de Estado da Cultura. Contudo, já em novembro de 2016 ela seria novamente extinta tornando-se uma Superintendência dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciências, Tecnologia, Turismo e Cultura – SEDEM, que também foi reestruturada em 2019 e hoje está como uma Superintendência no organograma da Agência do Desenvolvimento do Turismo, da Cultura e Economia Criativa – ADETUC. Em um período de sete anos ela passou por 5 formatos diferentes na gestão estadual, uma instabilidade que reflete na falta de ações, demonstrando falta de compromisso por parte do Governo de robustecer e consolidar a política pública cultural.

Gráfico 1 - Valores discriminados nas LOAs do Estado do Tocantins

Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste gráfico, que mostra a relação dos valores disponibilizados nas LOAs do Órgão Estadual para o Fundo Cultural em função dos anos observados por este estudo, observa-se que não houve grande flutuação de valores que foram destinados ao Fundo Cultural, de onde deveria sair grande parte do financiamento e do financiamento à cultura por parte do estado. Há, por outro lado, flutuação nos orçamentos, principalmente quando a cultura está anexada em outra Secretaria, como é o caso de 2017 e 2018, quando a Cultura integra a pasta da SEDEN.

O Fundo Cultural teve em seu máximo de arrecadação no ano de 2017, o que representou 0,16% do orçamento total do estado segundo a LOA do ano em questão, longe dos 0,5% estabelecidos pela lei nº 1.402, de 30 de setembro de 2003. A ausência de editais de financiamento ou fomento de ações culturais justifica-se pela indisponibilidade de recursos para a área, nesse contexto, inexistem políticas públicas voltadas para os grupos cênicos tocantinenses.

3.2 DADOS DO MUNICÍPIO DE PALMAS

A capital Palmas possui uma realidade diferente do Governo do Estado no que diz respeito às políticas públicas para a cultura. Tem em sua posse o equipamento cultural mais importante do estado, o Espaço Cultural José Gomes Sobrinho, além oferecer cursos gratuitos à comunidade em diversas áreas culturais; tem projetos permanentes de eventos, como o Arraiá da Capital e o Festival Gastronômico, e lançou três editais de apoio à cultura durante o período em análise.

A Lei Complementar n° 137, de 18 de junho de 2007, criou a Fundação Cultural de Palmas - FCP e o Fundo Municipal de Apoio à Cultura – FMC. Ela estabelece o organograma da FCP e da gestão do FMC, contando desde sua redação com a participação da classe artística por meio de representantes das câmaras setoriais eleitos para o Conselho Municipal de Cultura, que tem como objetivo a integralização com o SNC. Suas competências são:

I - Planejar e coordenar a política cultural no âmbito do Município, programas, projetos e atividades que visem ao desenvolvimento cultural de Palmas nos aspectos artístico, científico e tecnológico; II - Implantar o Plano Municipal de Cultura com a participação da sociedade e com aprovação do Conselho Municipal de Cultura, integrado ao Sistema Nacional de Cultura - SNC; III - Gerir o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura; IV - Gerir os recursos oriundos da dotação orçamentária do Município e a captação de recursos por meio de doações, patrocínios, convênios e outros mecanismos legais com instituições privadas e públicas no âmbito do território nacional e estrangeiro; V - Articular-se por meio de convênios, contratos, parcerias e outros instrumentos congêneres, com entidades públicas ou privadas, visando aprimorar os recursos, serviços técnicos e operacionais para o pleno funcionamento das ações culturais; VI - Buscar mecanismos de transparência na gestão dos recursos; VII - Apoiar e dar as condições para o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura no desempenho de suas competências; VIII - Promover a política de defesa e conservação do Patrimônio Histórico, IX - Implantar a política municipal de arquivo público, mediante o recolhimento e catalogação de documentos que garantam a preservação da memória do Município, inclusive os produzidos e recebidos pela Administração Pública no âmbito do Poder Executivo; X - Desenvolver e /ou apoiar projetos e ações de natureza cultural de desenvolvimento da cidadania; XI - Apoiar e incentivar as manifestações artísticas da comunidade, valorizando a identidade e a diversidade cultural; XII - Promover o intercâmbio cultural entre as diferentes linguagens artísticas do Município com outras cidades ou regiões do Brasil e do exterior; XIII - promover a formação e capacitação de gestores, produtores e conselheiros de cultura (PALMAS, 2007, p. 01).

Observa-se que o CMPC é, portanto, um conselho de caráter tanto consultivo quanto deliberativo, à diferença da absoluta maioria dos conselhos municipais, que têm caráter exclusivamente consultivo.

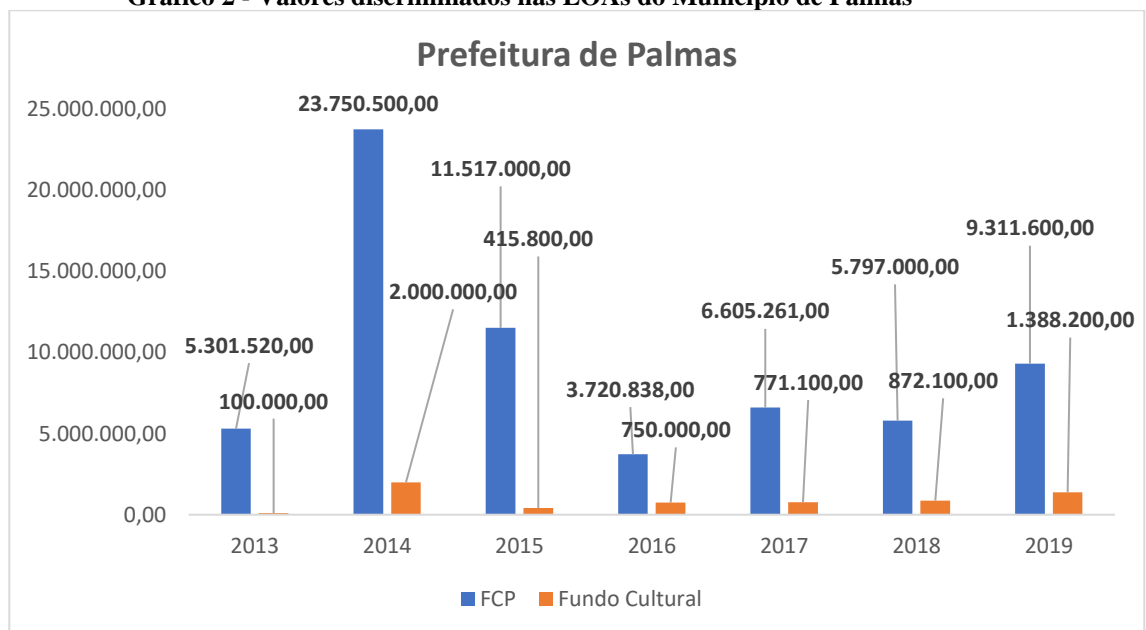
O Plano Municipal de Cultura de Palmas, com vigência de 2013-2022, foi instituído pela Lei n° 1.933, de 13 de dezembro de 2012, e tem em seu corpo uma ampla diversidade de conceitos e ações que norteiam a política pública de cultura na capital. Possui metas que permeiam educação, leitura, produção, capacitação, dentre as quais destaca-se a “Meta 9: aumentar, em 50%, até 2019, e 80%, até 2022, os grupos e artistas do município de Palmas, beneficiados com recursos públicos municipais” (PALMAS, 2012, p. 7).

A principal forma com que essa meta se realiza é através do PROMIC, decreto n° 460, de 08 de maio de 2013, que durante o período analisado lançou 3 editais, em 2014, 2017 e 2019, sendo que os dois últimos foram lançados no final de seus anos implicando no pagamento dos projetos aprovados no exercício do ano seguinte. Em 2013 houve ainda o lançamento do edital

1º Movimento de Dança, que seria uma mostra competitiva aberta para participantes de todo o estado com custeamento de cachê para todos os participantes selecionados e prêmios para os três melhores grupos, além de prêmios para o melhor bailarino e a melhor bailarina. Contudo, “acabou sendo cancelado por falta de candidatos necessários, demonstrando desconhecimento por parte da FCP da demanda da área da dança” (SOUZA; NARDIM, 2019, p. 7).

Em 2018 foi lançado o “Edital de Seleção Pública para Implantação da Política Nacional de Cultura Viva” em parceria com o então Ministério da Cultura, extinto em 2019. A verba deste edital foi destinada a coletivos com ou sem CNPJ sediados na cidade de Palmas. Foram somente cinco contemplados em cada categoria, com prêmio de R\$ 40.000,00 para entidades com CNPJ e R\$ 20.000,00 para entidades sem CNPJ - valores que delimitam muito as ações realizadas por esses coletivos ao avaliar que fazem ações continuadas nas comunidades, que é o conceito do Ponto de Cultura.

Gráfico 2 - Valores discriminados nas LOAs do Município de Palmas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste gráfico, que mostra a relação dos valores disponibilizados nas LOAs do Município de Palmas em função dos anos contemplados por esta pesquisa, podemos notar que são baixos os valores destinados ao FMC pela Prefeitura e pela Câmara de Vereadores de Palmas ao compararmos em relação ao valor total do orçamento da cidade e a porcentual que representa a FCP e o FMC, em 2013 este valor foi de 0,01%. Percebemos que os editais do PROMIC foram lançados em dois dos anos com maiores orçamentos em comparação com o restante, 2014 e 2019, ocasiões em que a representação do orçamento para a cultura em relação

ao orçamento total da cidade chegou a ser de 0,21% (em 2014). Entretanto, em 2015, o valor foi de 0,04%, o que dificulta muito a gestão da FCP de realizar seu planejamento e atingir as metas estabelecidas no PMCP.

A FCP não possui políticas especialmente voltadas para a categoria dos grupos cênicos do município. Em seus projetos de formação, a Fundação mantém a Cia de Teatro Fernanda Montenegro, uma companhia que é dirigida por Cícero Belém, que vem realizando montagens e apresentações de forma regular desde 2017 e que não entra no corpo desta pesquisa por ser um coletivo formado institucionalmente com o objetivo de formação dos seus integrantes, o que é muito importante para a cena teatral do estado.

3.3 DADOS ARAGUAÍNA E GURUPI

Araguaína e Gurupi são os maiores municípios do interior do estado, um ao norte e outro ao sul da capital. Araguaína é sede de dois grupos que integram o escopo desta pesquisa, o Artpalco e o Grupo Ciganu's de Teatro e Dança. Já Gurupi, situada no sul do estado, é sede do Grupo Motirõ de Teatro.

Araguaína instituiu o Sistema Municipal de Cultura de Araguaína – SIMCA e o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Araguaína – CMPCA em 20 de dezembro de 2011, respectivamente com as leis N° 2.771 e n° 2772. A SIMCA, com seus objetivos e ações definidas como políticas públicas culturais, podem beneficiar a classe artística do município, pois estabelece que planeja:

I - Integrar e articular os órgãos, programas e ações culturais do Poder Público do Município de Araguaína, da União, do Estado do Tocantins e instituições parceiras, inclusive as integrantes do Sistema “S”; II - Contribuir para a implementação das políticas públicas de cultura, pactuadas entre os entes da sociedade civil e poder público municipal; III - Articular ações transversais, descentralizadas e participativas, com a finalidade de estabelecer e efetivar o Plano Municipal de Cultura de Araguaína - PMCA; IV - Promover iniciativas para apoiar o desenvolvimento social com pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de fruição e financiamento da cultura; V - Consolidar um sistema público municipal de gestão cultural, com ampla participação e transparência nas ações públicas, através da revisão da legislação pertinente quando necessário, e implantação de novos instrumentos institucionais; VI - Assegurar a centralidade da cultura no conjunto das políticas locais, tendo o Município como o território onde se manifestam os princípios da diversidade e da multiplicidade cultural (ARAGUAÍNA, 2011, p. 01).

Considerando o período de 2013 a 2019, Araguaína passa a separar a legenda de cultura na LOA a partir de 2014, em que a sua estrutura está ligada à Secretaria de Educação. Em 2019, é citada pela primeira vez na LOA a Superintendência de Cultura e Lazer, que teve neste

exercício um orçamento previsto de R\$ 2.160.000,00; para a legenda Editais de Apoio a Produção Cultural, Gestão Consorciada foram destinados R\$ 205.000,00; e para a legenda de Eventos Tradicionais e Datas Comemorativas, foi destinado orçamento de RS 1.450.000,00, totalizando R\$ 3.770.000,00, o que representa 0,64% do total praticado pelo município naquele exercício. Apesar da legenda para editais para apoio à produção cultural estar identificada, nenhum certame foi iniciado em 7 anos -apesar de estarem a SIMCA e a CMPCA instituídas desde 2011.

Em Gurupi, a primeira política estabelecida para a organização da cultura no município se deu com a criação do Conselho Municipal de Cultura – CMC, pela Lei nº 1.247 de 01 de julho de 1998. O Fundo Municipal de Apoio à Cultura é criado pela Lei nº 1.857, de 05 de janeiro de 2010, e estabelece as regras de funcionamento e aplicação deste fundo. A Lei nº 1.859, de 05 de janeiro de 2010, altera a de nº 1.247 e estabelece que o Conselho faz parte da organização da Secretaria de Cultura Municipal.

O Sistema Municipal de Cultura de Gurupi – SMCG é criado pela Lei nº 2.008, de 22 de dezembro de 2011, e estabelece seus princípios, objetivos, estrutura, organização e conceitos de funcionamento. O texto estabelecido na lei é semelhante ao que foi aprovado no modelo nacional e nos modelos praticado nos estados e estabelece como seus principais objetivos:

I – Estabelecer um processo democrático de participação na gestão das políticas e dos recursos públicos na área cultural; II – Assegurar uma partilha equilibrada dos recursos públicos da área da cultura entre os diversos segmentos artísticos e culturais, distritos, regiões e bairros do município; III – Articular e implementar políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas, considerando seu papel estratégico no processo do desenvolvimento sustentável do Município; IV – Criar instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas no âmbito do Sistema Municipal de Cultura – SMC; VI – Estabelecer parcerias entre os setores públicos e privados nas áreas de gestão e promoção da cultura (GURUPI, 2011, p. 7).

No ano de 2013 Gurupi contava com uma Secretaria de Cultura em seu organograma, que tem o turismo anexado em 2015, mas só passa a discriminar orçamento para o Fundo em 2019. Este município também não publicou edital de apoio à cultura no período pesquisado e não possui políticas públicas publicadas voltadas para os grupos cênicos municipais.

3.4 DADOS DOS GRUPOS

A fim de conhecer os modos pelos quais os grupos cênicos tocantinenses vieram garantindo a sustentabilidade de seus processos criativos e de circulação, conforme narrado na exposição sobre a metodologia do estudo, foi aplicado um questionário, por meio de formulário

online. Ainda que os grupos selecionados para solicitação de respostas tenham sido (tal e tal e tal), A Barraca – Cia Experimental de Artes, o Lamira Artes Cênicas, a Cia de Teatro UMPONTODOIS, a Cia Cenaberta de Teatro e o Grupo Motirõ de Teatro foram os grupos cênicos tocantinenses que responderam a tempo para a tabulação e análise dos dados apresentados.

Os primeiros dados foram recolhidos no final de 2018 para mapeamento das atividades dos grupos com sede na capital. A fim de ampliar a pesquisa para o âmbito estadual, abarcando também os grupos têm sede no interior, foram incluídas solicitações de resposta aos grupos de outros municípios que correspondiam ao escopo aplicado. Além disso, foi acrescentado o exercício do ano de 2019. Aos grupos que haviam respondido e participado no primeiro mapeamento, foi encaminhado um questionário suplementar, contendo somente o último ano do período analisado. Aos novos grupos, foi aplicado novo questionário, abrangendo os 7 anos em questão.

O formulário (Anexo A) contém questões que abordam as principais atividades que movimentam os grupos cênicos. Questiona primeiramente o nome do grupo, nome do representante, data de fundação e quantidade de integrantes. Então, pergunta em quais anos foram realizadas montagens e estreias de novos espetáculos, o nome dos espetáculos e o número de sessões realizadas, média de público e local da apresentação na temporada de estreia. Também foram feitas questões em relação à circulação, como quais os espetáculos que circularam, em quais anos, em quais cidades, em que locais de apresentação, qual o número de sessões realizadas, a média de público e quais foram os instrumentos de financiamento e/ou fomento utilizados para as atividades de montagem e circulação.

Como há uma facilidade de apresentação nas cidades sedes de espetáculos presentes no repertório de cada grupo, também foi feita uma questão para essa possibilidade, caso os grupos tenham se apresentado e não considerem essas ações como circulação – tendo em vista que a ideia de circulação praticada na pesquisa não foi explicitada aos coletivos. Outra questão foi se o grupo realizou atividades como oficinas ou cursos que tenham contribuído na manutenção financeira dele, assim como foi questionada qual é a principal fonte de recursos do grupo. A última questão deixou espaço aberto para algum comentário que o representante quisesse adicionar sobre o grupo no período abordado, em relação com o tema da investigação.

Um longo formulário que demandou tempo e que os grupos tivessem de forma organizadas esses dados, o que a maioria tem, pois fazem prestação de contas dos projetos em que são selecionados e as sessões quando realizadas em teatros e espaços com controle de

ingresso é necessário que seja feito o borderô, um relatório financeiro de cada sessão feito com o gestor do local, um representante do grupo e a bilheteria.

Os grupos apresentados no Quadro 1 que estão sinalizados não responderam ao formulário. Ainda que alguns dados pudessem estar disponíveis na internet foi uma opção metodológica deste estudo não incluir dados que não aqueles manifestos diretamente pelos informantes, dada a fragilidade das informações disponíveis.

Quadro 1 - Descrição dos grupos de Teatro de Palmas, Araguaína e Gurupi

GRUPOS	FUNDAÇÃO	CIDADE SEDE
Ciganu's*	1983	Araguaína
A Barraca	2003	Palmas
Lamira	2010	Palmas
Cia. Cenaberta de Teatro	2012	Palmas
Cia de Teatro UMPONTOIS	2012	Palmas
Grupo Motirô de Teatro	2013	Gurupi
Grupo Artpalco*	2013	Araguaína
Agulhas Cenas*	2016	Palmas

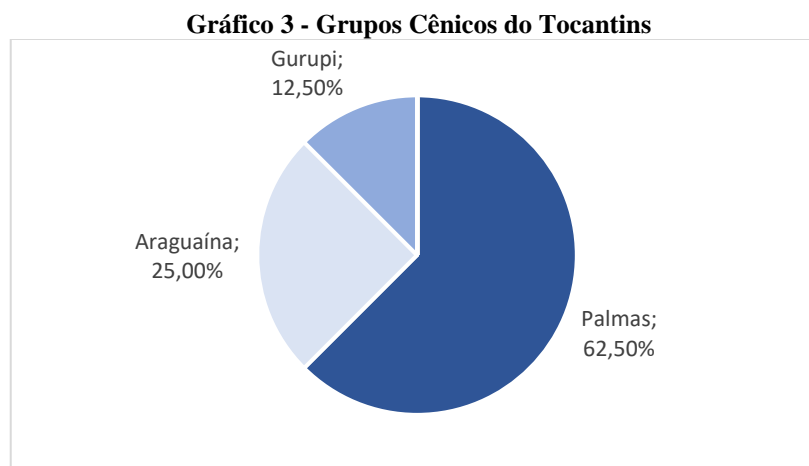
Fonte: Elaborado pelo autor.

Criado no ano de 1983, o grupo mais antigo é o Grupo Ciganu's, que está sediado na cidade de Araguaína, uma cidade que é um centro de grande importância comercial para o estado e que é mais antiga que o próprio. Já o grupo mais novo, com apenas 4 anos de existência, apesar de longa carreira dos seus integrantes, é o Coletivo de Criação Cênica Agulhas Cenas.

A Lamira Artes Cênicas é o grupo que possui o menor número de integrantes entre todos, são quatro, enquanto o grupo com o maior número é o Grupo Motirô de Teatro que possui sete integrantes. De todos os representantes que responderam ao formulário somente uma não está em cargo de direção ou presidência, a representante da Barraca – Cia Experimental de Artes.

O Tocantins é formado por 139 municípios e segundo o IBGE possui uma população estimada de 1.590.248* pessoas, projeção feita em 2020. Foi realizada pesquisa em sites

regionais e editais que premiaram projetos de grupos cênicos tocantinenses, oito coletivos foram encontrados e estão distribuídos somente em 3 cidades. Na capital Palmas com 306.296 habitantes estão sediados cinco grupos, em Gurupi com 87.545 habitantes está sediado um grupo e Araguaína com 183.381 estão sediados dois grupos. Estes três municípios representam 36% da população do estado, a capital concentra 62,5% dos grupos, enquanto Araguaína 25% e Gurupi 12,5%, como representado no gráfico abaixo.



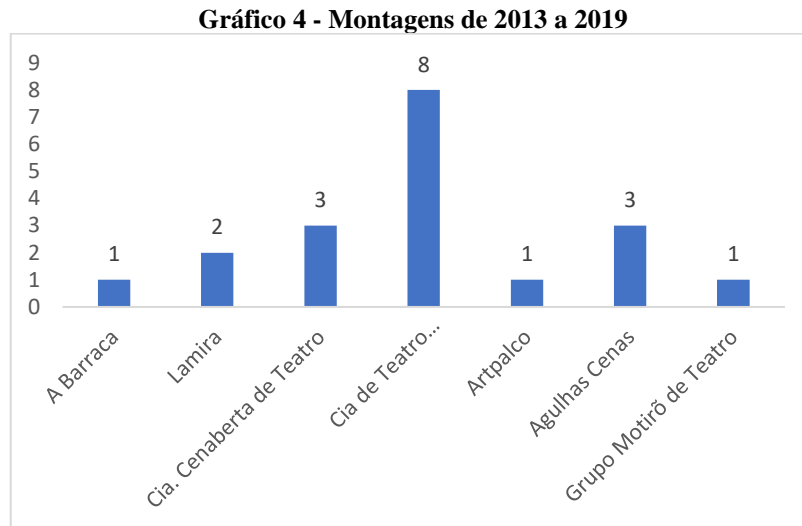
Fonte: Elaborado pelo autor.

Os grupos cênicos tocantinenses estão dentro das três maiores cidades do estado, este dado reflete a falta de políticas públicas para a área de artes cênicas e as dificuldades de criar e manter grupos em cidades fora dos maiores centros urbanos.

Montar espetáculos é um processo complexo, que demanda pesquisa extensa tanto do texto a ser utilizado como de materiais para cenário, figurino, equipe, locais de ensaio e apresentações – além do processo criativo cênico em si. Para financiar tantas etapas distintas de produção, os grupos pesquisam atentamente diversas possibilidades que podem surgir das esferas públicas municipais, estaduais, federais e privadas.

Como vimos na seção sobre as gestões culturais, o município de Palmas foi o único a lançar editais de apoio à cultura no período analisado, o PROMIC nos anos de 2014, 2017 e 2019. As ferramentas locais são importantes, pois as possibilidades de aprovar projetos são maiores do que em editais nacionais, onde a concorrência é maior, principalmente nos certames em que não ocorre seleção de forma regionalizada e os grupos tocantinenses concorrem com outros, do eixo Rio – São Paulo, reverberando as desigualdades que grupos de diferentes lugares do Brasil vivenciam e potencialmente reforçando-as.

No período pesquisado de seis anos, os grupos cênicos realizaram um total de dezenove montagens. Como apontado no Gráfico 4, o grupo com o maior número de montagens foi a UMPONTODOIS, representando um total de 56% das estreias na produção cênica tocantinense. O gráfico tal demonstra o número de espetáculos por grupo por ano de estreia.



Fonte: Elaborado pelo autor.

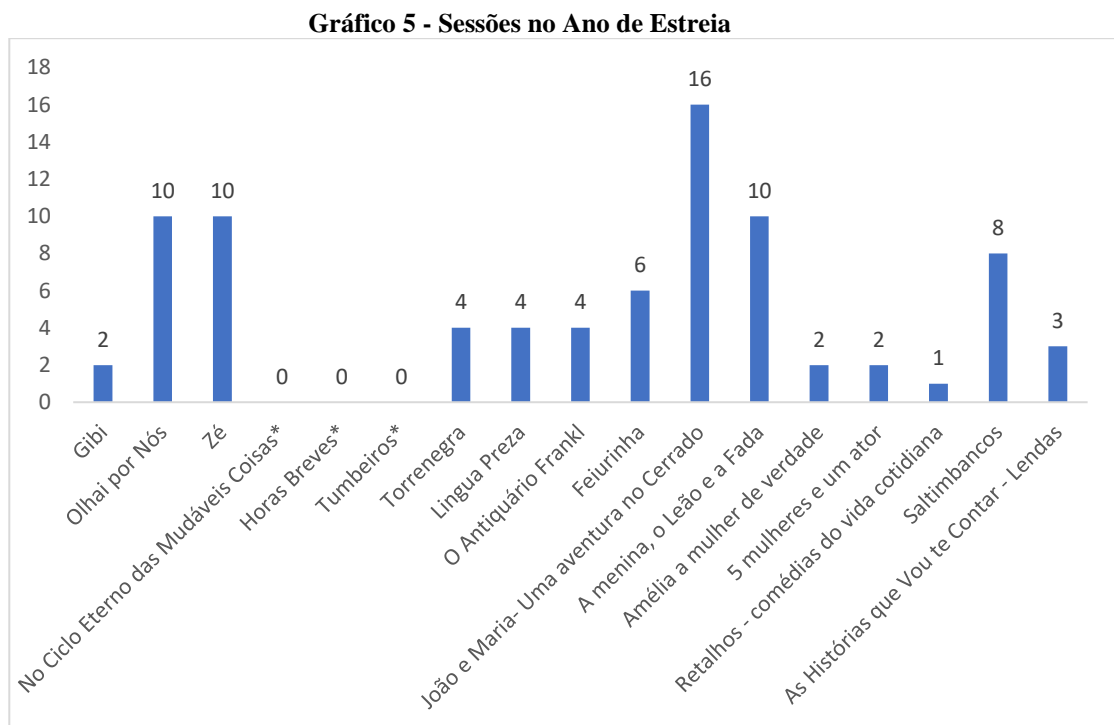
Quadro 2 - Espetáculos e anos de execução

ESPETÁCULOS	ANO
Gibi	2013
Zé	2014
5 Mulheres e um ator	2014
Saltimbancos	
Olhai por Nós	2015
Torrenegra	
Feiurinha	
João e Maria- Uma aventura no Cerrado	
Retalhos - Comédias da vida cotidiana	2016
No Ciclo Eterno das Mudáveis Coisas	
Lingua Preza	
Amélia a mulher de verdade	2017
A menina, o Leão e a Fada	
Horas Breves	2018
As Histórias que Vou te Contar - Lendas	
Tumbeiros	2019
O Antiquário Frankl	

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que a média anual de montagens é inferior a três e o ano com o maior número de montagens realizadas foi 2015 com cinco espetáculos. O ano de 2017 teve somente uma montagem, enquanto 2018 e 2019 com duas e os anos de 2014 e 2016 com três montagens.

As sessões dessas montagens podem ocorrer de formas distintas, pois dependem da forma com que foram financiadas. Existem editais que solicitam apresentações gratuitas ou com valores com preços populares. Os custos de manter equipe técnica, atores, publicidade, a sala de teatro, alimentação entre outros também é determinante para a quantidade de sessões que serão realizadas na temporada de estreia pelo grupo. As diferentes realidades encontradas pelas produções são demonstradas pelo Gráfico 5, que apresenta uma grande variação de número de sessões entre os espetáculos.

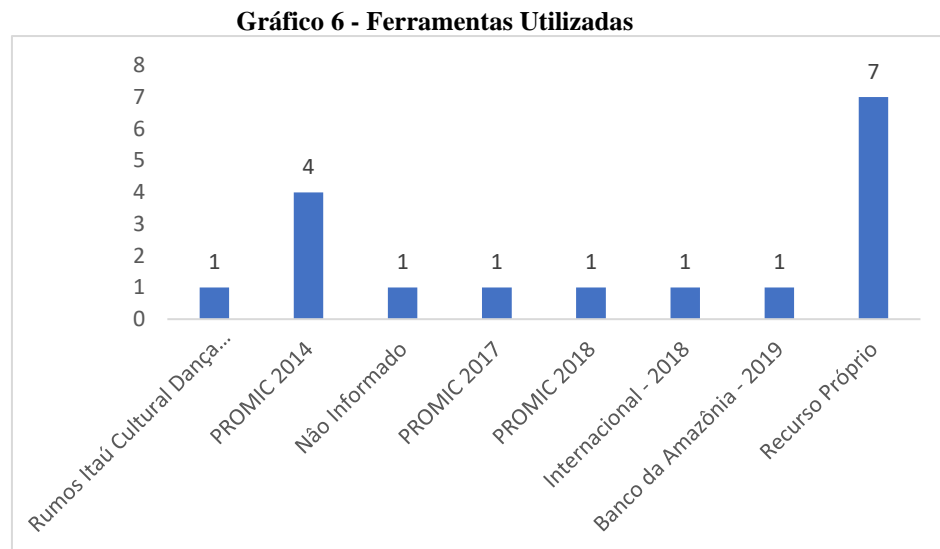


Fonte: Elaborado pelo autor.

O espetáculo com o maior número de sessões em sua temporada de estreia foi o “João e Maria- Uma aventura no Cerrado”, representando 20% do total de apresentações. Os três espetáculos do grupo Agulhas Cenas constam no gráfico por ter sido possível identificar o ano de suas estreias através de editais oficiais e publicações em sites de notícias.

A temporada de estreia apresenta ao público a nova obra do grupo cênico, a resposta ao espetáculo e a prática da própria apresentação traz percepções e experiências do funcionamento das cenas e personagens. Um número maior de sessões pode trazer benefícios de lapidação do trabalho cênico, enquanto com um menor número de sessões as correções serão feitas posteriormente, em ensaios para próximas temporadas e no decorrer destas.

São diversas as formas de realização dos projetos, pois são distintas as características de cada montagem, dificultando o processo de financiamento. Os valores das premiações são decisivos para a elaboração das ações que compõem um projeto. Dos dezenove espetáculos montados em um período de seis anos pelos sete grupos cênicos, somente seis projetos foram aprovados em editais locais, todos pelo PROMIC da cidade de Palmas. Um projeto de intercâmbio foi aprovado em edital internacional por grupo parceiro espanhol, um em edital nacional e outro em um edital voltado exclusivamente para a região norte do país, como apontado no Gráfico 6. Nenhum deles foi favorecido pelo percentual de investimento disponível no Fundo Municipal de Cultura de Palmas – que até 2019 não era distribuído por chamada pública, mas negociado diretamente entre artistas solicitantes e membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Durante o período pesquisado, a forma mais utilizada para viabilizar as montagens foi a de “Recurso Próprio”, condição em que mesmo que com possíveis apoios financeiros pontuais, o montante de verba aplicado no projeto não pode ser considerado pelo grupo como patrocínio.

Este dado demonstra que os grupos cênicos mobilizam diversos esforços, inclusive de ordem pessoal por parte de seus integrantes, para realizar seus projetos, apesar das dificuldades encontradas no cenário cultural. Entretanto, estes dados são também preocupantes porque sem o aporte financeiro os membros destes coletivos precisam conciliar a vida artística com outras profissões. Trata-se, portanto, de uma marca do lapso de profissionalização da produção cênica tocantinense. A dedicação exclusiva ou prioritária ao trabalho com os grupos, apesar de não ser

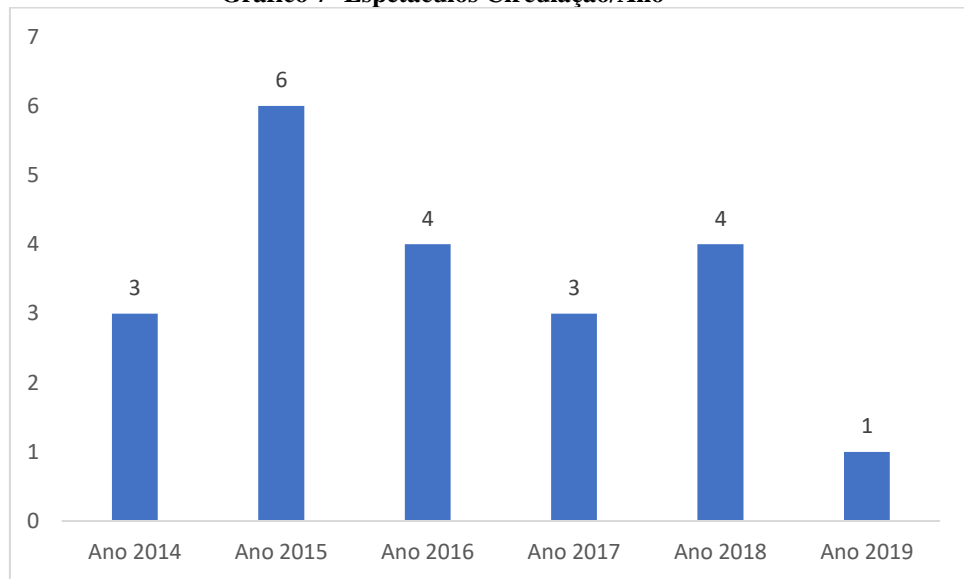
um fator determinante na sua existência e de não ser imprescindível à qualidade das produções, tem sua importância quanto à quantidade de tempo necessária para o desenvolvimento da pesquisa de criação cênica e da estética original de cada grupo.

As formas que os grupos realizam esse trabalho são distintas, mas demandam dedicação. Para termos uma noção prática, o grupo mineiro e universitário Teatro da Margem, que desenvolve seus trabalhos através de Projeto de Pesquisa do curso de graduação em Teatro da Universidade Federal de Uberlândia, relacionando teatro de grupo e formação universitária, registra que em suas atividades de montagem do espetáculo “Canoeiros da Alma” que:

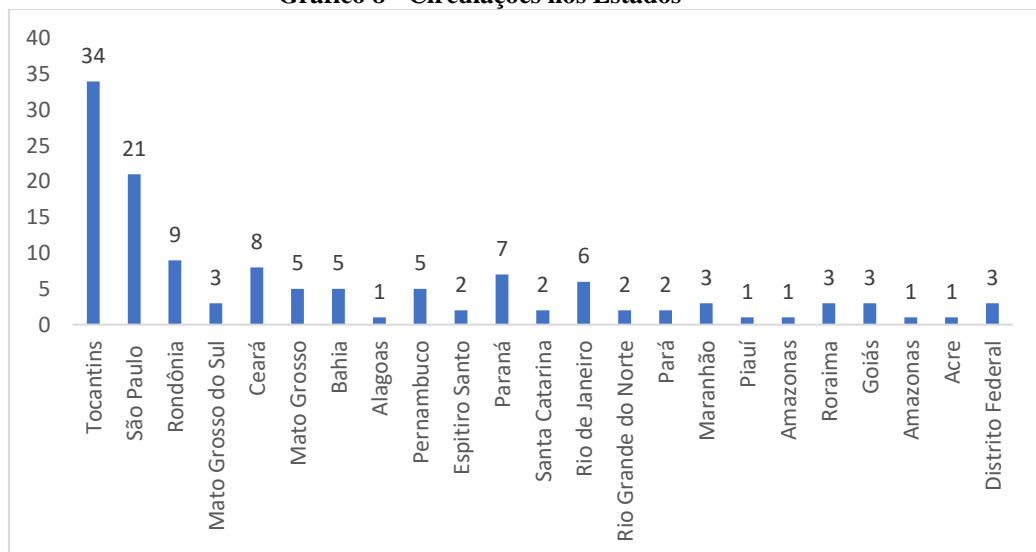
durante três meses, com seis horas semanais em sala de aula, improvisamos (...) percebendo que, para a formação em teatro e para as questões norteadoras da pesquisa, a prática de montagem faz-se necessária para a aquisição de conhecimento (TELLES e ARAÚJO, 2014, p. 125).

Há de se observar que o referido grupo, ainda que dedicado com profissionalismo à produção cênica, vincula-se ao ambiente universitário, o que garante a ele condições distintas daquelas que encontram os grupos cênicos investigados. Em todos os casos, porém, parte do processo de crescimento estético dos espetáculos criados de forma coletiva pelos grupos advém de trabalhos realizados de forma contínua - e as sessões de apresentação são parte deste desenvolvimento. Após a finalização da montagem de um espetáculo, os grupos cênicos passam a pesquisar formas de circular tanto com os espetáculos recentes quanto com os que estão disponíveis no repertório.

Os espetáculos tocantinenses que passaram mais anos circulando dentro do período pesquisado foram “Gibi” e “Do Repente”, do grupo Lamira Artes Cênicas. Observa-se que o número de espetáculos que circulou é menor do que os que foram montados e que alguns deles foram montados em período anterior ao pesquisado, demonstrando que é um processo longo e difícil para levar os espetáculos para outras cidades, seja fora ou dentro do estado. Os gráficos 7 e 8 apresentam os espetáculos por anos de circulação e estados visitados.

Gráfico 7- Espetáculos Circulação/Ano

Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 8 - Circulações nos Estados

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 3 - Espetáculo e ano(s) de apresentação

Espectáculos	Ano
A Cantora Careca	2015
Zé	2018
Do Repente	2014
	2015
	2016
	2017
	2018

Gibi	2015 2016 2017 2018 2019
Fela da Gaita	2015
Olhai Por Nós	2015 2016 2017 2018
Adorno da Realidade	2016
Torrenegra	2014
Dias Difíceis	2014
A Cantora Careca	2015

Fonte: Elaborado pelo autor.

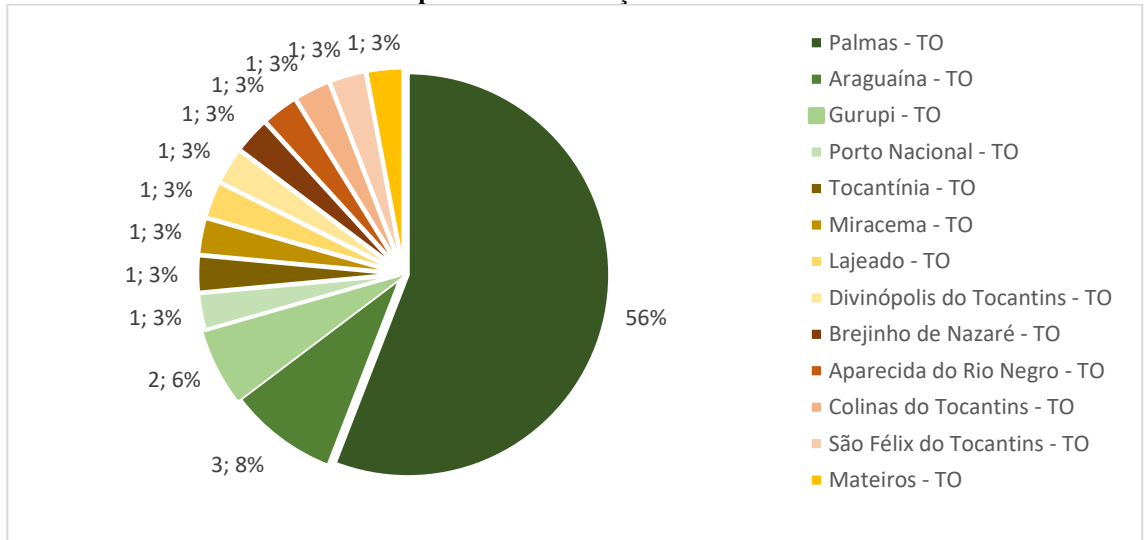
Os espetáculos tocantinenses circularam em vinte e um estados da federação, mais o Distrito Federal. O próprio estado do Tocantins fica em primeiro, representando 27% do total de temporadas. Em segundo, o estado de São Paulo, principal mercado cultural do país.

Estes dados foram contabilizados pela quantidade de temporadas por espetáculo realizadas por município, independentemente do número de sessões ou locais de apresentação, pois consideramos uma temporada como um período em que o grupo fica em uma cidade por um período determinado, sem grandes intervalos de datas entre as apresentações, considerando um máximo de cinco dias, que separam dois fins de semana, datas em que a maior parte das apresentações ocorrem.

Quanto aos locais de apresentação foram considerados diferentes localidades já que alguns espetáculos em questão são de rua ou foram adaptados para espaços não convencionais por conta da falta de equipamentos culturais nas cidades visitadas. Gráfico 9 demonstra as cidades que receberam espetáculos:

A capital foi a cidade que mais recebeu temporadas de circulação no período pesquisado, sendo Araguaína a segunda. De 139 municípios, somente treze foram visitados, destes somente dois não estão na região central e são justamente as outras cidades sede, Gurupi e Araguaína.

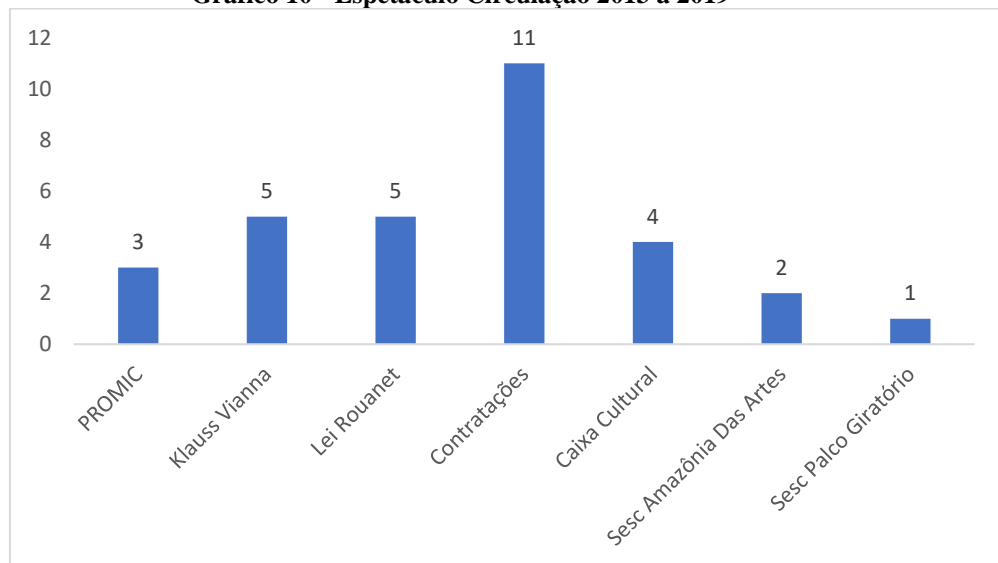
Gráfico 9 - Espetáculos Circulação Tocantins



Fonte: Elaborado pelo autor.

A circulação estadual tem como sua principal fonte de financiamento o próprio estado, ou contratação direta por parte dos municípios, pois os editais municipais não abarcam circulações fora de suas fronteiras, o que torna a participação ativa do estado nessa questão imprescindível. Como essas ações não acontecem os grupos financiam as circulações com editais nacionais, regionais e através de contratações do Sesc – TO e nacional, como apontado no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Espetáculo Circulação 2013 a 2019



Fonte: Elaborado pelo autor.

A ferramenta mais utilizada para as circulações foi a contratação direta, representando 35% do total. Das sete ferramentas citadas somente uma se origina de política pública, sendo ela de uma única cidade das 139 existentes no estado, que ainda assim foi dividida em três editais lançados ao longo de 7 anos. É importante salientar que as circulações aprovadas em editais municipais acontecem restritamente dentro dos limites geográficos, então quando o grupo participa destes editais necessariamente não circulará por outras cidades do estado – a não ser que seja convidado por algum grupo ou produtor para participar de um evento realizado em outra cidade por meio de um edital local, ou seja, pela iniciativa de outrem.

Várias das contratações que aparecem no gráfico aconteceram por festivais e pelo próprio Sesc, em suas diversas instituições regionais, que aparece em outras duas legendas. As legendas do Sesc e da Caixa Cultural foram consideradas como ferramentas pela importância de suas políticas culturais, pois são projetos que incentivam a circulação de espetáculos em seus equipamentos espalhados pelo país. A Caixa Cultural lança editais de ocupação, em que os grupos enviam projetos indicando como gostariam de apresentar seus espetáculos, por uma quantidade de sessões e dias. O Sesc Palco Giratório e o Sesc Amazônia das Artes são projetos que financiam circulação de espetáculos, o primeiro nacionalmente e o segundo dentro da região amazônica, incluindo o Piauí.

Duas legendas aparecem de forma significativas, a Lei de Incentivo à Cultura e o prêmio Klauss Vianna, um edital para a área da dança da Fundação Nacional de Artes – FUNARTE, que assim como toda a política pública de cultura sofre com inconstâncias de gestão e de orçamento.

Ao tratar das outras atividades além de montagem e circulação, todos os grupos que responderam esta questão citaram os editais, apresentações e leis de incentivo como fonte, o que leva à compreensão de que outras atividades como oficinas não são fontes financeiras consideráveis à manutenção dos coletivos. Alguns editais solicitam essas atividades como uma contrapartida do projeto caso aprovado, alguns grupos realizam como ações fixas voluntárias ou como uma forma de acrescentar importância à proposta do projeto, julgando que isso pode vir a colaborar em sua aprovação.

Aos grupos foi dado um espaço aberto para comentar algo sobre o coletivo dentro do período pesquisado. Construimos a questão de forma que não levasse o representante a nenhum tipo de interpretação sobre como ele deveria responder à provocação. A Lamira Artes Cênicas, representada por seu diretor artístico João Vicente aponta que

Existe um momento, quando o grupo inicia uma trajetória de pesquisas, em que o volume de atividades, bem como o vínculo com profissionais que garantem uma qualidade desejada, não mais são suportados com baixo investimento. Ou seja, o grupo se vê obrigado a correr atrás de financiamento para suas múltiplas atividades e profissionais envolvidos. Financiamento este que só existirá a nível federal. Isto é, no caso da Lamira, nenhum edital municipal ou estadual, garante volume financeiro capaz de resguardar o estágio estético e profissional do grupo. Assim sendo, a tarefa fica cada vez mais árdua, principalmente agora, quando o Brasil dispõe de um Governo que não prioriza as Artes (VICENTE, 2020).

A questão levantada por Vicente é interessante para discutir dentro dos editais locais de financiamento e fomento, como as gestões devem mensurar os valores destinados aos segmentos artísticos - se será adotada uma prática de pulverização de verbas para atingir mais projetos, mesmo que os baixos valores não deem conta realmente da quantidade de investimentos que devem ser feitos em um espetáculo cênicos, ou existe a possibilidade de concentrar alguns recursos em produções de grupos mais consolidados?

As esferas federal, estadual e municipais devem dividir melhor esse campo de investimento levando em conta a projeção profissional atingida pelos artistas que participam? Seria necessário classificar estes grupos e obras em faixas de “valores”? O presidente, produtor, diretor e ator da Cia. Cenaberta de Teatro, Kaká Nogueira, falou sobre o histórico do grupo no período pesquisado:

A Cia Cenaberta atua desde 2009, e já produziu diversos espetáculos, realizando apresentações por todo o Brasil. E em 2020, foi o único grupo artístico a se apresentar no teatro Fernanda Montenegro, por decorrência da pandemia do covid-19, somente o espetáculo Dracula, foi ao público naquele teatro (NOGUEIRA, 2020).

Como este trabalho foi desenvolvido já no período pandêmico a paralisação da cena cultural já foi citada e sentida pelos grupos, alguns projetos aprovados pelo PROMIC 2019 não conseguiram realizar suas montagens e tiveram que se adaptar para esse período de apresentações online, muitas das quais ainda não aconteceram. O diretor Lucas Justino da Cia. De Teatro UMPONTODOIS aponta que:

Evidencia-se, portanto, que as práticas desenvolvidas pelo Grupo de Teatro Um Ponto Dois caracterizam-se como teatro em contexto comunitário, de forma independente, as vezes com parcerias e recursos financeiros, mas acontecendo mesmo sem estes, por meio do desejo e da força comunitária. Ocorrendo de maneira coletiva, através da colaboração entre artistas e comunidade específica e coordenadas por seu diretor e fundador Lucas Justino. Os processos criativos do grupo atualmente difundem e culminam para realidades vividas em comunidades de local ou de interesse, esboçando-se em histórias pessoais e locais, desenvolvidas a partir de escuta e pesquisa acerca das realidades que cercam estas comunidades (JUSTINO, 2020).

A colocação de Justino foi a única que apontou a importância do território que o grupo ocupa em sua comunidade. Como aponta Adailton Teixeira, o processo de territorialização ocorre “quando grupos sociais ou sujeitos apropriam-se de determinado território, em determinado tempo-espaço, isto é, criam significação, afetividade ou enraizamento social no território” (TEIXEIRA, 2014, p. 8).

O diretor Fernando França, do gurupiense Grupo Motirõ, diz que o coletivo “vem resistindo, apesar da falta de verba, falta de editais e eventos. O grupo vem resistindo neste terreno árido que é o Tocantins”. O cenário dos grupos na cidade de Palmas em relação aos grupos do interior poderia ser encarado como uma posição de privilégio, já que possuem acesso aos editais de apoio cultural municipal, a equipamentos culturais estruturados, estando situados na capital possuem acesso de forma direta ao Sesc, todo sistema S, a sede de grandes empresas, sede política do estado com maior acesso a deputados e senadores o que facilita a busca por patrocínios.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Quando termina
 O espetáculo
 Será que vão a um barzinho se encontrar
 Com outros artistas
 Que sabem ser insetos
 Mas sentem-se melhor
 No palco sobre a luz improvisada
 Esquecendo-se da vida e das coisas fétidas
 Ao trabalhar
 Pra prefeitura
 Ou pro governo do estado federal e para empresas que não são artistas
 Será que a pulga sofre
 Com a nota fiscal
 Com a burocracia
 De todo edital
 Com duras palavras das pessoas céticas
 Mas quando a banda começa a tocar
 As questões se dissipam no ar
 Como se nunca tivessem existido questões entre o mundo e as pulgas
Sempre vai ter picadeiro e pão, digo para sempre mas as vezes não*

Circo das Pulgas
 Paulo Vieira, 2017

O objetivo deste trabalho, quando foi iniciado em 2018, era compreender como os grupos cênicos estavam sobrevivendo, surgiu como uma dúvida prática quanto ao fator financeiro, o que foi alterado por ser esse um fator de entendimento muito particular, quanto vale seu tempo, quanto vale o seu labor, quanto vale a sua pesquisa, quanto vale o trabalho coletivo? Não cabe a nós, nesta pesquisa definir essa fronteira.

O foco passou a ser, então, o cenário com o qual estes grupos cênicos vivem dentro do Tocantins, cada coletivo possui uma realidade única, pois estão situados em cidades e regiões diferentes no estado, tendo assim escopos singulares. Mapear e compreender as ações realizadas por eles, mapear e compreender a política desenvolvida em suas territorialidades, pois segundo o geógrafo Milton Santos (*apud* GARCIA, 2010, p. 187) “é o lugar que dá conta do mundo” e é fundamental para que possamos a aprofundar nas questões simbólicas, estéticas e filosóficas particulares dos grupos e seus territórios com suas políticas (que atravessa tudo) que tenhamos um registro da cena.

O fazer artístico é complexo e, portanto, assim é também o cenário, um “processo de encenação envolve muitas pessoas, (...) captação de recursos financeiros, restrições orçamentárias, inseguranças, limites de prazo, vaidades, desejos, caos” (SANTOS; CARVALHO, 2019, p. 76). As diversas peças que montam esse tabuleiro do xadrez cultural

merecem estudos específicos, mas aqui observamos algumas movimentações dos principais atores participantes.

Analisamos a gestão cultural pública considerando seu contexto abstruso, em todas as esferas, analisar dados não empenhados na função cultura foi uma escolha metodológica para encarar o montante do valor destinado para a área, o que é simbólico, quanto vale um ano de cultura neste local? Pouco.

Este montante final de recursos aplicados à cultura ao ser analisado de forma minuciosa em trabalhos futuros encontrará uma série de particularidades como as chamadas políticas de balcão, mesmo que acontecendo com menor frequência, as pedaladas fiscais e o mundo particular das emendas parlamentares que atendem interesses políticos similares aos interesses das empresas que participam das leis de incentivo fiscais. Editais, somente os da Fundação Cultural de Palmas.

Foram necessárias uma pandemia e uma Lei Federal que obrigasse uma movimentação da Secretaria Especial da Cultura para que estados e municípios também se movimentassem, as repercussões da Lei Aldir Blanc serão enormes, mas não puderam ser levadas em conta neste trabalho porque seus resultados em relação aos grupos cênicos só poderão ser considerados no exercício do ano de 2021 quando os trabalhos forem pagos e realizados.

As gestões culturais do estado e dos municípios de Araguaína e Gurupi possuem realidades obviamente únicas, mas é no estado que há os maiores orçamentos, abrangência, legislações e pressão para seu funcionamento efetivo, contanto nesses três locais a institucionalidade é inconstante e em um sentido prático da política de fomento e financiamento à cultura e aos grupos cênicos no período analisado é quase nula, tendo realizadas ações que não podem ser consideradas como políticas de Estado.

A mudança constante do local da cultura dentro do organograma do estado, a falta de destinação do fundo cultural para sua finalidade, a falta de entendimento e de vontade política, o edital de 2013 que não foi pago, entre outros fatores, prejudica de forma incomensurável o desenvolvimento da arte no estado por de quase um decênio dentro de uma história curta de três décadas. Gurupi e Araguaína sendo mais antigas que o estado e sendo polos regionais estão também em situação extremamente preocupante.

Em Palmas a institucionalidade é sólida em comparação aos outros, mas possui suas dificuldades. A variação de lançamento de editais de dois em dois anos dificulta a realização de trabalhos contínuos, a relação com o público, a capilarização e diversificação da verba e a própria atividade artística na cidade. Ainda assim possui uma gestão que nos últimos anos deve

ser aplaudida por ser um feixe de luz na escuridão na esfera pública estadual, ainda assim possui espaço para melhorias.

Dentro desta realidade praticamente inóspita de financiamento e fomento local os grupos cênicos do Tocantins apresentam aos seus públicos obras diversificadas e de qualidade. É imperativo que as gestões deem a importância devida à arte e às expressões cênicas, desenvolver a cultura não é só impulsionar certos grupos, pois como apontam Bárbara Santos e Francis Carvalho

O teatro é a arte do efêmero, da persuasão da imagem em movimento no aqui e agora e da aventura criativa e errante. A encenação é o campo propício para experimentação e multiplicação de técnicas, princípios e estilos cênicos, e, é também o campo para o encontro e embate de corpos, sensações e desejos. Por isso, o ofício de encenar está intimamente ligado com a recorrente capacidade de mover e de movimentar em si mesmo e em outros corpos a poesia, a violência e a beleza da paixão. (SANTOS; CARVALHO, 2019, p. 74-75).

Trabalhar com conceitos e simbologias tão importantes reflete não somente no espectador, mas no local em que vive, “no território estão as cristalizações de símbolos, de memórias e de valores que encarnam o sentido da cultura” (BARBOSA, 2014, p. 131). É necessário que seja levado à sério também como política educacional. Os cursos de licenciatura em teatro da UFT e do Instituto Federal Tocantins – IFTO campus de Gurupi realizam um papel central nesse contexto, pois estão criando a cada semestre uma demanda de professores e de artistas formados que precisam expressar-se cenicamente e de vagas para ensinar nas escolas públicas e privadas do estado, afinal o processo cultural e educacional é contínuo na formação da população tocantinense e brasileira:

O denominador comum da relação identidade / território é possibilidade permanente das trocas simbólicas e materiais que a produção/fruição da cultura proporciona. É nesse movimento que os sujeitos se reconhecem e se afirmam como criadores do seu ser-no-mundo. (BARBOSA, 2014, p 132).

A nova geração de grupos que surgirem no estado devem ter em mente as dificuldades que enfrentarão, que infelizmente acontece por todo o país, para que possam atingir a longevidade apesar dos desafios, alguns apontados pelo produtor mineiro Romulo Avelar:

a composição de uma equipe realmente capaz de vencer todos os outros grandes desafios. (...) a sustentabilidade começa por uma equipe bem estruturada, uma equipe que tenha certa complementaridade de competências, então não basta mais, cada vez mais isso fica mais claro pra mim, não basta você ter competência na área finalística, você ter competência no seu trabalho artístico isso é fundamental, isso é condição de sobrevivência! (...) você tem que ter competências administrativas, competências de

produção, competências de comunicação, jurídicas, entre várias outras (AVELAR, 2015, p. 01).

A fala de Avelar nos traz para a necessidade da cultura de mão de obra especializada de profissionais de diversas áreas, como advogados, contadores, designers diversos, arquitetos, engenheiros, médicos, eletricitas, entre outros.

O cenário das artes cênicas do Tocantins está em evolução por aqueles que a fazem apesar dos percalços, é imperativo que os políticos e as gestões entendam que os apelos feitos pelas diversas linguagens artísticas são na verdade um só: cumpram com os seus deveres constitucionais, com suas leis. É direito da população ter acesso à cultura, é dever do estado fomentar e financiar ações culturais em sua diversidade em todo o território nacional e para tanto as esferas devem trabalhar em conjunto através dos sistemas e dos planos de cultura que são estabelecidos democraticamente com participação social ampla e aberta. É preciso encarar a multiplicidade de expressões que emanam do povo em sua complexidade, afinal o “pensamento criativo não é retilíneo, unívoco, previsível. É o objeto de uma ciência labiríntica” FERREIRA (2017 *apud* BARBA, 2010, p. 83) e assim também é a arte resultante dessa criação.

REFERÊNCIAS

APÓS revitalização, Centro Cultural Mauro Cunha exibirá exposição Siqueira Campos em Gurupi. *In: Conexão Tocantins*. Palmas, 24 jan. 2021. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2019/08/01/apos-revitalizacao-centro-cultural-mauro-cunha-exibira-exposicao-siqueira-campos-em-gurupi>. Acesso em: 7 jan. 2021.

ARAGUAÍNA. **Lei nº 2.771 de 20 de dezembro de 2011**. Institui o sistema municipal de cultura de Araguaína - SIMCA, e dá outras providências. Araguaína - TO. Dez. 2011.

ARAGUAÍNA. **Lei nº 2.772 de 20 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a reestruturação do conselho municipal de políticas culturais de Araguaína e dá outras providências. Araguaína - TO. Dez. 2011.

ARAGUAÍNA. **Lei nº 2.830 de 31 de dezembro de 2012**. Estima a receita e fixa a despesa do município de Araguaína – TO, estabelecendo o programa de trabalho para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências. Araguaína - TO. Dez. 2012.

ARAGUAÍNA. **Lei nº 2.899 de 31 de dezembro de 2013**. Estima a receita e fixa a despesa do município de Araguaína – TO, estabelecendo o programa de trabalho para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências. Araguaína - TO. Dez. 2013.

ARAGUAÍNA. **Lei nº 2.930 de 08 de janeiro de 2015**. Estima a receita e fixa a despesa do município de Araguaína – TO, estabelecendo o programa de trabalho para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências. Araguaína - TO. Jan. 2015.

ARAGUAÍNA. **Lei nº 2.991 de 28 de dezembro de 2015**. Estima a receita e fixa a despesa do município de Araguaína – TO, estabelecendo o programa de trabalho para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências. Araguaína - TO. Dez. 2015.

ARAGUAÍNA. **Lei nº 3.039 de 30 de dezembro de 2016**. Estima a receita e fixa a despesa do município de Araguaína – TO, estabelecendo o programa de trabalho para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências. Araguaína - TO. Dez. 2016.

ARAGUAÍNA. **Lei nº 3.068 de 29 de dezembro de 2017**. Estima a receita e fixa a despesa do município de Araguaína – TO, estabelecendo o programa de trabalho para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências. Araguaína - TO. Dez. 2017.

ARAGUAÍNA. **Lei nº 3.094 de 20 de dezembro de 2018**. Dispões sobre as diretrizes orçamentárias do município de Araguaína – TO para o exercício financeiro de 2019 e dá outras providências. Araguaína - TO. Dez. 2018.

ARTES Cênicas. *In: Sesc: Cultura*. Rio de Janeiro, [201?]. Disponível em: https://www.sesc.com.br/portal/cultura/artes_cenicas/. Acesso em: 14 jan. 2021.

AVELAR, Romulo. Gestão e formação na produção cultural. *In: ITAU CULTURAL*. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/romulo-avelar-gestao-e-formacao-na-producao-cultural-2015>. Acesso em 10 jan 2021.

BARBA, Eugênio. 2010. P 132. *apud* FERREIRA, Cecília Maria de Araújo. Processos de encenação como espaço de formação de poéticas-docentes teatrais. 2017. Tese (Doutorado em Artes) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. P. 83. 2017.

BARBOSA, Jorge Luiz. Territorialidades da Cultura Popular na Cidade do Rio de Janeiro. *In: pragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura. NÃO SEI A CIDADE OU LOCAL DE “IMPRESSÃO”*. Ano 4. N° 7. P. 130-139. 2014.

BELÉM, Cícero. Tocantins, Teatro Fincado nas Raízes Separatistas Entre Norte e Sul de Goiás. **Sub Texto – Grupos de Teatro no Brasil: Realidade e Diversidade**, Revista de Teatro do Galpão o Cine Horto, Belo Horizonte, Ano IV, n. 4, 2007.

BRASIL. **Emenda Constitucional n° 71, de 29 de nov. de 2012**. Acrescenta o art. 216-A à Constituição Federal para instituir o Sistema Nacional de Cultura. Brasília – DF. Nov. 2012.

BRASIL. **Lei n° 12.343, de 02 de dez. de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília – DF. Dez. 2010.

BRUNO, Aloisio Orione Martins. **Identidade Cultural e Territorialidade de Lazer em Araguaína – TO**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudo de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas – TO, 2018.

EDITAIS/CHAMAMENTOS. *In: Funarte*. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.funarte.gov.br/edital/>. Acesso em: 13 jan. 2021.

ESPAÇO Cultural José Gomes Sobrinho. *In: Turismo Tocantins*. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/serras-e-lago-/principais-atrativos/palmas/espaco-cultural-jose-gomes-sobrinho/>. Acesso em: 5 jan. 2021.

GARCIA, Silvana. Teatro, Paisagens e Territórios. *In: Polem!ca: revista eletrônica*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. V.9. n° 3. P. 187-192. 2010

GURUPI. **Lei n° 1.247 de 01 de julho de 1998**. Cria o Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências. Gurupi - TO. Jul. 1998.

GURUPI. **Lei n° 1.857 de 05 de janeiro de 2010**. Cria o Fundo Municipal de Apoio à Cultura e dá outras providências. Gurupi - TO. Jan. 2010.

GURUPI. **Lei nº 1.859 de 05 de janeiro de 2010.** Dispõe sobre a alteração dos artigos 1º, 5º e 7º, da Lei Municipal 1.247/1998, e dá outras providências. Gurupi - TO. Jan. 2010.

GURUPI. **Lei nº 2.008 de 22 de dezembro de 2011.** Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Gurupi – SMCG, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, inter-relações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências. Gurupi - TO. Dez. 2011.

GURUPI. **Lei nº 2.072 de 27 de dezembro de 2012.** Estima a receita e fixa a despesa, estabelecendo o programa de trabalho do município de Gurupi, para o exercício de 2013 e dá outras providências. Gurupi - TO. Dez. 2012.

GURUPI. **Lei nº 2.198 de 30 de dezembro de 2014.** Estima a receita e fixa a despesa, Estabelecendo o programa de trabalho do município de Gurupi, para o exercício de 2015 e dá outras providências. Gurupi - TO. Dez. 2014.

GURUPI. **Lei nº 2.262 de 07 de janeiro de 2016.** Estima a receita e fixa a despesa, Estabelecendo o programa de trabalho do município de Gurupi, para o exercício de 2016 e dá outras providências. Gurupi - TO. Jan. 2016.

GURUPI. **Lei nº 2.308 de 22 de dezembro de 2016.** Estima a receita e fixa a despesa, Estabelecendo o programa de trabalho do município de Gurupi, para o exercício de 2017 e dá outras providências. Gurupi - TO. Dez. 2016.

GURUPI. **Lei nº 2.372 de 29 de dezembro de 2017.** Estima a receita e fixa a despesa, Estabelecendo o programa de trabalho do município de Gurupi, para o exercício de 2018 e dá outras providências. Gurupi - TO. Dez. 2017.

GURUPI. **Lei nº 2.419 de 21 de dezembro de 2018.** Estima a receita e fixa a despesa, estabelecendo o programa de trabalho do município de Gurupi, para o exercício de 2019, e dá outras providências. Gurupi - TO. Dez. 2018.

GURUPI. **Lei Ordinária nº 2.146 de 30 de dezembro de 2013.** Estima a receita e fixa a despesa do município de Gurupi, estabelecendo o Programa de Trabalho para o exercício de 2014 e dá outras providências. Gurupi - TO. Dez. 2013.

IBGE. [S. l.: s. n.], 2015. Regiões Geográficas do Estado do Tocantins. Escala 1 : 900 000. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hyRpfwL5ZncJ:ftp://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/17_regioes_geograficas_tocantins.pdf+&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 5 jan. 2021.

IBGE. **Cidades e Estados:** Tocantins. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html>. Acesso em 07 jan. 2021.

JUNIOR, José Oliveira. Sistemas municipais de financiamento da cultura com ênfase na diversidade cultural. *In: BARROS, José Márcio; BEZERRA, Jocasta Holanda (org.). **Gestão Cultural e Diversidade: Do pensar ao agir.*** Belo Horizonte: EDUEMG, 2018. p. 13-35.

LEÃO, Raimundo Matos. Teatro de Grupo: Contracultura Teatral. *Arterevista*, São Paulo, n. 3, p. 1-17, 2014.

LEI de Incentivo à Cultura. *In: Secretaria Especial da Cultura.* [S. l.], 2018. Disponível em: <http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MARTINS, Samara. Mostra ‘Construindo o Espaço’ retoma o período de construção do Espaço Cultural José Gomes Sobrinho. *In: Prefeitura de Palmas: Fundação Cultural de Palmas.* Palmas, 24 jan. 2021. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/mostra-construindo-o-espaco-retoma-o-periodo-de-construcao-do-espaco-cultural-jose-gomes-sobrinho/24171/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MOURA, Gyl Giffony Araújo; CAMINHA, Melissa Lima. A cultura do teatro de grupo e o Movimento Todo Teatro é Político, de Fortaleza, Ceará. *In: Políticas para as artes: Prática e reflexão.* Rio de Janeiro: FUNARTE, 2012. p. 182-199.

NASCIMENTO, Amanda Freire do. **O Que Fizeram Com a Cultura?** Um panorama acerca da institucionalização da cultura e das políticas públicas culturais no Estado do Tocantins. 2016. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas – TO, 2016.

NETO, Carlos Beyrodt Paiva. Reflexões sobre a constituição de uma política para equipamentos culturais no Brasil. *In: KAUARK, Giuliana; RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia. Um Lugar para os espaços culturais: gestão, territórios, públicos e programação.* Salvador: Edufba, 2019. P. 57-77.

OCIOSO, espaço cultural serve como depósito de materiais. *In: Portal O Norte.* [S. l.], 2 fev. 2011. Disponível em: <https://www.portalonorte.com.br/noticias/araguaina-909-ocioso-espaco-cultural-serve-como-deposito-de-materiais/909/>. Acesso em: 6 jan. 2021.

PALMAS. **Decreto n° 460, de 08 de maio de 2013.** Institui o Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PROMIC e adota outras providências. Palmas – TO. Maio 2013.

PALMAS. Fundação Cultural de Palmas. **1º Movimento de Dança que Aconteceria em Novembro é Cancelado.** Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/secretaria/cultural/noticia/1497972/1o-movimento-de-danca-que-aconteceria-em-novembro-e-cancelado/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PALMAS. Fundação Cultural de Palmas. **Editais de Chamamento Público N° 016/FCP/2017, Fundo Municipal de Apoio à Cultura, Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC 2017.** Palmas - TO, 2017.

PALMAS. Fundação Cultural de Palmas. **Edital de Chamamento Público N° 005/FCP/2019, Fundo Municipal de Apoio à Cultura, Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC 2019.** Palmas - TO, 2019.

PALMAS. Fundação Cultural de Palmas. **Edital de Chamamento Público N° 003/2018/FCP, 19 de fevereiro de 2018** - Premiação de iniciativas culturais para desenvolvimento da rede de pontos de cultura da política nacional de cultura viva no município de Palmas (TO). Palmas - TO. 2018.

PALMAS. Fundação Cultural de Palmas. **Edital N° 003/2014/FCP, de 14 e janeiro de 2014 – PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO DE DATAS DO 1° MOVIMENTO DE DANÇA.** Palmas-TO. 2014.

PALMAS. Fundação Cultural de Palmas. **Edital N° 006/FCP/2014 – Fundo Municipal de Apoio à Cultura, Programa Municipal de Incentivo à Cultura – PROMIC.** Palmas - TO. 2014.

PALMAS. **Lei Complementar n° 137, de 18 de junho de 2007.** Dispõe Sobre a Criação da Fundação Cultural de Palmas - FCP e do Fundo Municipal de Apoio à Cultura - FMC. Palmas – TO. Jun. 2007.

PALMAS. **Lei N° 1.947, de 31 de dezembro de 2012.** Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa, estabelecendo o Programa de Trabalho do Município de Palmas para o exercício financeiro de 2013 e dá outras providências. Palmas – TO. Dez. 2012.

PALMAS. **Lei N° 2.022, de 08 de janeiro de 2014.** Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa, estabelecendo o Programa de Trabalho do Município de Palmas para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências. Palmas – TO. Jan. 2014.

PALMAS. **Lei n° 2.106, de 02 de janeiro de 2015.** Dispõe sobre a Revisão do Plano Plurianual 2014-2017, instituído pela Lei n° 2.021 de 08 de janeiro de 2014. Palmas – TO. Jan. 2015.

PALMAS. **Lei n° 2.223, de 31 de dezembro de 2015.** Lei que Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2016. Palmas – TO. Dez. 2015.

PALMAS. **Lei n° 2.293, de 24 de fevereiro de 2017.** Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2017. Palmas – TO. Fev. 2017.

PALMAS. **Lei n° 2.375, de 19 de fevereiro de 2018.** Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2018. Palmas – TO. Nov. 2018.

PALMAS. **Lei nº 2.425, de 20 de dezembro de 2018.** Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2019. Palmas – TO. Dez. 2018.

PALMAS. **Lei nº 1.933, de 13 de dezembro de 2012.** Institui o Plano Municipal de Cultura de Palmas - PMCP, na forma que especifica. Palmas – TO. Dez. 2012.

RAMOS, Luciélia de Aquino. Espaço Público, Leitura Visual e Funcionalidade Espaço Cultural de Palmas – TO. *In:* MONTEIRO, R. H., ROCHA, C. (org.). **Anais do V Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual.** Goiânia – GO: UFG, FAV, 2012. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2008.GT1_lucielia_amos.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

ROCHA, Renata; FERNANDES, Taiane. Introdução. *In:* RUBIM, Antonio Albino Canelas; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (organizadores). **Financiamento e Fomento à Cultura nas Regiões Brasileiras.** Salvador: EDUFBA, 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta (organizadores). **Financiamento e Fomento à Cultura nas Regiões Brasileiras.** Salvador: EDUFBA, 2017.

SANTOS, Bárbara Tavares dos; CARVALHO, Francis Wilker de. Rastro como Presença de uma Ausência: Sete Movimentos dos Corpos de Encenadore(a)s. *In:* **Rascunhos** – Caminhos da Pesquisa em Artes Cênicas. Uberlândia – MG: Universidade Federal de Uberlândia/ IARTE/ EDUFU. V. 6. N° 2. P. 66-86. 2019.

SANTOS, Fabiana Pimentel; DAVEL, Eduardo Paes Barreto. Equipamentos culturais, identidade e território: elementos para uma gestão territorializada. *In:* KAUARK, Giuliana, RATTES, Plínio; LEAL, Nathalia (org.). **Um Lugar Para os Espaços Culturais:** gestão, territórios, públicos e programação. Salvador: Edufba, 2019. p. 201-227.

SANTOS, Giordanna; MELO, Renata. Participação Social e Gestão Cultural: desafios e oportunidades para construção de políticas públicas de cultura. *In:* BARROS, José Márcio; BEZERRA, Jocasta Holanda (org.). **Gestão Cultural e Diversidade:** Do pensar ao agir. Belo Horizonte: EDUEMG, 2018. p. 57-75.

SESC AMAZÔNIA DAS ARTES. *In:* **Sesc Tocantins.** [S. l.], [20??]. Disponível em: <https://www.sesco.com.br/subarea/details/25>. Acesso em: 12 jan. 2021.

SOBRE a Caixa Cultural. *In:* **Caixa Cultural.** Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.caixacultural.com.br/SitePages/site-sobre.aspx>. Acesso em: 14 jan. 2021

SOUZA, Gabriel Dias; NARDIM, Thaíse Luciane. Mapeamento do Financiamento à Produção Cênica no Estado do Tocantins entre 2013 à 2018. *In:* ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 15. 2019, Salvador. **Anais Eletrônicos** [...]. Salvador. UFBA, 2019. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2019-xv-enecult/>

TEIXEIRA, Adailton Alves. **Território, teatro de rua e o direito à cidade**. São Paulo: Pólis, 2014

TELLES, Narciso; ARAÚJO, Getúlio Góis de. A Prática do Coletivo Teatro da Margem: teatro de grupo e a formação universitária. *In: Revista Moringa – Artes do Espetáculo*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba Departamento de Artes Cênicas. V. 5. N° 2. P 121-132. 2014.

TOCANTINS. **Constituição 1989**. 8° edição revisada e atualizada, texto constitucional de 05 de outubro de 1989 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n° 01/89 e 14/2003. Palmas – TO: Assembleia Legislativa. 2003.
<https://central3.to.gov.br/arquivo/61508/>. Acesso em: 01 jan. 2021.

TOCANTINS. **Constituição 1989**. 8° edição revisada e atualizada, texto constitucional de 05 de outubro de 1989 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n° 01/89 e 14/2003. Palmas – TO: Assembleia Legislativa. 2003.
<https://central3.to.gov.br/arquivo/61508/>. Acesso em: 01 jan. 2021.

TOCANTINS. **Lei n° 1.402 de 30 set. de 2003**. Institui o Programa de Incentivo à Cultura no Estado do Tocantins, e adota outras providências. Palmas – TO. Set. 2003.

TOCANTINS. **Lei n° 2.678, de 20 de dezembro de 2012**. Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2013. Palmas - TO. Dez. 2012.

TOCANTINS. **Lei n° 2.816, de 27 de dezembro de 2013**. Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2014. Palmas - TO. Dez. 2013.

TOCANTINS. **Lei n° 2.942, de 25 de março de 2015**. Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2015. Palmas - TO. Mar. 2015.

TOCANTINS. **Lei n° 3.052, de 21 de dezembro de 2015**. Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2016. Palmas - TO. Dez. 2015.

TOCANTINS. **Lei n° 3.177, de 28 de dezembro de 2016**. Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2017. Palmas - TO. Dez. 2016.

TOCANTINS. **Lei n° 3.344, de 28 de dezembro de 2017**. Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2018. Palmas – TO Dez. 2017.

TOCANTINS. **Lei n° 3.434, de 02 de abril de 2019**. Estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2019. Palmas – TO Abr. 2019.

TOCANTINS. **Lei nº 3.252, de 31 de jul. de 2017.** Dispõe sobre o Sistema de Cultura do Tocantins – SC/TO, e adota outras providências. Palmas – TO. Jul. 2017.

TOCANTINS. **Programação da 4º Conferência Estadual de Cultura.** Palmas – TO. 16 out. 2015. <https://central3.to.gov.br/arquivo/276310/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

VIEIRA, Paulo. **Circo das Pulgas.** São Paulo: Matraca Records, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=V6TEK046_-M. Acesso em 13 jan. 2021.

ANEXOS

ANEXO A – Questionário respondido pelos participantes da pesquisa

24/01/2021

Teatro e Dança de Grupo no Tocantins

Teatro e Dança de Grupo no Tocantins

Recorte do trabalho desenvolvido pelos grupos no estado nos últimos 6 anos.

***Obrigatório**

1. Nome do representante? *

2. Nome do Grupo? *

3. Função do representante? *

4. Data de fundação do grupo? *

Exemplo: 7 de janeiro de 2019

24/01/2021

Teatro e Dança de Grupo no Tocantins

5. Quantos integrantes o Grupo possui? *

Marque todas que se aplicam. 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10Outro: _____

6. O grupo realizou montagem de espetáculos nos últimos cinco anos? *

Marque todas que se aplicam. 2014 2015 2016 2017 2018 2019

7. Em caso positivo para montagem, quais foram esses espetáculos? Aponte, por favor, o espetáculo e o ano. *

24/01/2021

Teatro e Dança de Grupo no Tocantins

8. Quantas sessões foram feitas na temporada de estreia? Se possível, qual foi a média de público? Local de apresentação? (Respectivamente) *

9. O grupo utilizou instrumentos de financiamento e/ou fomento para as atividades de montagem? Por favor, relacione as diferentes formas para cada um dos projetos de montagem. *

10. O grupo realizou circulação de espetáculos nos últimos seis anos? Marque os anos em questão. *

Marque todas que se aplicam.

- 2014
 2015
 2016
 2017
 2018
 2019

24/01/2021

Teatro e Dança de Grupo no Tocantins

11. Em caso positivo de circulação, responda em ordem: 1 - Quais foram os espetáculos? 2 - Qual ano? 3 - Quais cidades percorreu? 4 - Em quais espaços se apresentou? 5 - Quais foram as datas? 6 - Qual o número de sessões? 7 - Qual a quantidade média de público? *

12. O grupo utilizou instrumentos de financiamento e/ou fomento para as atividades de circulação? Por favor, relacione as diferentes formas para cada um dos projetos. *

13. O grupo realizou temporada de apresentação com os espetáculos na cidade sede que não entre na categoria de circulação? Em caso positivo, aponte: 1 - Espetáculo? 2 - Local? 3 - Data? 4 - Média de Público? 5 - Quantidade de sessões? *

24/01/2021

Teatro e Dança de Grupo no Tocantins

14. O grupo utilizou instrumentos de financiamento e/ou fomento para as atividades de temporada de apresentações? Por favor, relacione as diferentes formas para cada um dos projetos. *

15. Quais outras atividades o grupo realizou nos últimos seis anos (de 2014 à 2019) que tenham contribuído para sua manutenção financeira (exemplos: oficinas, cursos, assessorias, atuação em eventos, etc.)? Por favor, relate as atividades e informe se elas receberam recursos públicos, de pessoa jurídica de caráter privado ou público e/ou se houve cobrança de valores do público. *

16. Qual a principal fonte de recursos para a manutenção do grupo? *

24/01/2021

Teatro e Dança de Grupo no Tocantins

17. Gostaria de comentar algo a mais sobre o Grupo? Nesse período de 2014 à 2019? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários